



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS**

ANA BEATRIZ DE SOUZA CYRINO

**O AMBIENTE COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E CAMPO
INTERVENTIVO DO SERVIÇO SOCIAL: SUSTENTABILIDADE, RESILIÊNCIA
INSTRUMENTALIDADE NA CIDADE DE MANAUS / AM.**

**MANAUS
2013**

ANA BEATRIZ DE SOUZA CYRINO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração em Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia, sob a orientação da Professora Doutora Heloísa Helena Corrêa da Silva.

**MANAUS
2013**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C997a CYRINO, Ana Beatriz de Souza
O AMBIENTE COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E CAMPO
INTERVENTIVO DO SERVIÇO SOCIAL: Sustentabilidade, Resiliência,
Instrumentalidade na Cidade de Manaus / AM / Ana Beatriz de Souza CYRINO.
2013 102 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Heloisa Helena Corrêa da Silva
Tese (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Resiliência. 2. Sustentabilidade. 3. Instrumentalidade. 4.
Questão Social. 5. Questão Ambiental. I. Silva, Heloisa Helena Corrêa da II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação de autoria de Ana Beatriz de Souza Cyrino intitulada: O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social: sustentabilidade, resiliência instrumentalidade na cidade de Manaus / AM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia na Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Aprovada em 20/12/2013 com a banca examinadora constituída por:

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Heloisa Helena Corrêa da Silva - Presidente
Universidade Federal do Amazonas– UFAM**

**Prof^o. Dr. Noval Benayon Mello - Membro
Universidade Federal do Amazonas– UFAM**

**Prof^a. Dr^a Amélia Regina Batista Nogueira - Membro
Universidade Federal do Amazonas– UFAM**

DEDICATÓRIA

A meus pais Ana e Bosco, por tudo o que eu sou e o que ainda posso vir a ser. Como é grande o meu amor por vocês.

Aos filhos, que Deus me reservou, Rodrigo e João Bosco, por me instigarem a soprar o vento. Amor maior que eu.

À memória de Madá (Marie Madalaine Maillex Sant'Anna). Seu exemplo ensinou a sempre indignar-me com a injustiça. Saudades.

AGRADECIMENTOS

Minha mãe me ensinou que Deus É Humilde, mais, Tão Humilde, que Se manifesta por intermédio das pessoas, por isso os meus agradecimentos são para presença de Deus em minha vida, por intermédio de:

João e Dulce Cyrino, que me tratam e rezam por mim como filha. O meu amor e gratidão.

Meus irmãos, especialmente, a Ana Cláudia, irmã e amiga que é Doutora, mas sempre será a Loura. Pelo apoio e companheirismo.

À amiga, companheira, profissional de Serviço Social e Professora Dra. Heloisa Helena Corrêa da Silva, orientadora incansável. Por sua confiança no meu trabalho.

Aos Professores, Dr. Noval Benayon e Dra. Amélia Nogueira, cujas aulas e contribuições foram essenciais nesta dissertação. Pela gratuidade ao compartilharem conhecimento.

Às amigas, companheiras, profissionais de Serviço Social e Professoras, Laurisana Camargo Branco e Wanja Dias Leal. Pelos sonhos compartilhados.

Às (aos) amigas (os) e colegas que voluntariamente aceitaram participar como Sujeitos da Pesquisa. O meu respeito.

À Comunidade Católica Hallel que me acolheu. Pelas orações.

Ao Dr. José Roque Marques, que não me conhecia e acreditou no meu currículo, dando-me a oportunidade de iniciar minha vida profissional em Manaus e trabalhar ao seu lado na SEDEMA e também a sua esposa Professora Dra. Socorro, grande incentivadora para que eu concorresse ao Mestrado. O meu respeito e gratidão.

Aos meus amigos de Rondônia. Lugar onde iniciei a aprendizagem em minha vida profissional e que me proporcionou os elementos fundantes para hoje estar aqui. O meu afeto e saudade.

A todos os familiares, amigos, colegas e alunas (os) que me incentivaram e compartilham da minha felicidade nesse momento. Feliz em tê-los na minha vida.

EPÍGRAFE

“A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas. (...) Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam.”

José Paulo Netto – A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social

RESUMO

O objeto desta dissertação é um dos grandes desafios que o Serviço Social tem enfrentado na atualidade em seu campo interventivo. Trata-se de intervenção profissional, tendo como base, a percepção crítica ao modelo deletério de exploração dos recursos naturais, no marco do modo de produção capitalista, enquanto uma expressão das contradições típicas desse sistema, incidindo na postura profissional no âmbito da divisão do trabalho. Esta abordagem tem por objetivo desvelar a resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade, tendo, como parâmetro analítico, o ambiente como uma das expressões da questão social e campo interventivo do Serviço Social. A pesquisa aborda o ambiente enquanto um campo de atuação recente na prática profissional do Serviço Social, neste caso, houve a necessidade de um recorte de tempo e território, que configure com propriedade a relação entre sustentabilidade e instrumentalidade. Os conceitos-chaves foram articulados na dinâmica da processualidade, com os dados coletados na amostra em campo, que foi realizada com cinquenta sujeitos que desempenham atividades profissionais como profissionais de Serviço Social e permitiu refletir sobre a resiliência no Serviço Social, apoiado em uma revisão bibliográfica, documental e cartográfica acerca da configuração dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, do território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE, para aprofundar a forma e o conteúdo das categorias analíticas da pesquisa: sustentabilidade, resiliência e instrumentalidade. A resiliência manifesta-se no Serviço Social no bojo da contradição estruturada a partir da polaridade entre projetos societários antagônicos, no âmbito da profissão pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social e o conservadorismo profissional. Pretendeu-se contribuir para o debate plural acerca dos elementos teórico-metodológicos, que envolvem o cotidiano das relações sociais, onde os profissionais de Serviço Social são cotidianamente instigados a exercer a resiliência entre a sustentabilidade e a instrumentalidade no enfrentamento das expressões da questão social e desafiados a apresentarem respostas profissionais compatíveis com as demandas sociais exigidas pela população amazônica, ao desvelarem a dimensão ambiental, por intermédio da sua instrumentalidade profissional.

Palavras-chaves: Sustentabilidade; Resiliência; Instrumentalidade; Questão Social; Questão Ambiental; Espaços Sócio-ocupacionais do Serviço Social.

ABSTRACT

The object of this dissertation is one of the major challenges that Social Work has been facing in its interventional field. That is the professional intervention, based on the critical perception of deleterious model for natural resources exploitation in the framework of capitalist way of production, as an expression of typical contradictions of this system, impacting the professional attitude within the socio-techno division of work. This approach aims at revealing the resilience between sustainability and instrumentality, having as analytic parameter the environment since it is one of the social expressions of the social matter and as it is the interventional field of Social Work. The key concepts were articulated in the dynamics of processuality, with data collected through the sample survey in the field, which was conducted with fifty guys who play professional activities as Professional Social Work in socio-occupational areas, the affluent of the Basin learners - BH /IE and allowed to reflect the light of critical social theory on resilience in social work, supported by a bibliographic, documentary and cartographic review, to deepen the form and content of the analytical categories of research: sustainability, resilience and instrumentality. In Social Work the resilience is manifested in the midst of the structured contradiction from the polarity between antagonistic social projects within the profession for the Social Work Ethical Political Project and professional conservatism. It was intended to contribute to the plural debate regarding the theoretical and methodological elements that envelop everyday social relations, in which Social Work professionals are daily instigated to practice the resilience between sustainability and instrumentality while facing social matters and as they are challenged to present professional compatible answers to with the social demands required by the Amazonian population while uncovering the environmental dimension through their professional instrumentality.

Key words: Sustainability; Resilience; instrumentality; Social Question; Ambiental Question; Socio-occupational spaces of Social Work.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BH/IE – Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BRASJUTA DA AMAZÔNIA S/A – Fiação, Tecelagem e Sacaria Empresa Industrial
De Juta S.A.

CAIC – Centro de Atenção Integral a Criança

CAIMI – Centro de Atenção Integral ao Idoso

CPF – Cadeia Pública Feminina

CEMA – Central de Medicamentos

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COMPAZ – Componentes da Amazônia S.A

CPRVP/SEJUS – Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa – Secretaria de Estado de
Justiça e Direitos Humanos do Amazonas

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DI – Distrito Industrial

DIGIBRAS – Digibras Indústria Brasil Ltda.

DIP – Distrito Integrado de Polícia

DISA - Distrito de Saúde

EaD – Ensino a Distância

ECO-92 – Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente que ocorreu no Rio de
Janeiro em 1992

EGC – Educandário Gustavo Capanema

ELO – Escritório de Gestão Local

EMNs – Empresas Multinacionais

FAM – Fundação Alfredo da Mata

FHAJ – Fundação Hospital Adriano Jorge

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FMA - Instituto Filhas de Maria Auxiliadora

HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

HONDA – Moto Honda Da Amazônia Ltda.

ICAM – Instituto de Saúde da Criança do Amazonas

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

LAOCS - Liceu De Artes e Ofícios Claudio Santoro

LBV - Legião da Boa Vontade

LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA – Empresa Incorporadora da LG Electronics da Amazônia Ltda.

MANAUSTRANS - Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito

NPJ – UNINORTE/LAUREATE Núcleo de Práticas Jurídicas

ONU – Organização das Nações Unidas

PEP/SS – Projeto Ético-Político do Serviço Social

PIM – Polo Industrial de Manaus.

PMAM – Polícia Militar do Amazonas

PPGSS/UFAM – Programa de Pós-graduação Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas

PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

SALCOMP – Salcomp Industrial Eletrônica Da Amazônia Ltda.

SAMEL – Serviço de Assistência Médico Hospitalar

SANSUNG – Samsung Eletrônica Da Amazônia Ltda.

SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania do Amazonas

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino

SEMASH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde

SESI – Serviço Social da Indústria

SIEMENS – Siemens Eletroeletrônica S.A – Filial

SONY – Sony Brasil Ltda

SPA – Serviço de Pronto Atendimento

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUHAB – Superintendência Estadual de Habitação

SUSAM – Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UGPI – Unidade de Gestão do Programa de Social e Ambiental dos Igarapés

ULBRA - Centro Universitário Luterano de Manaus

UNINORTE /LAUREATE - Centro Universitário do Norte

YAMAHA – Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda.

ZFM – Zona Franca de Manaus

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Síntese dos Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos por Campo de Atuação / Natureza do Empregador.....65

QUADRO II – Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos por campo de atuação.....68

QUADRO III – Espaços sócio-ocupacionais na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos por Natureza do Empregador.....73

QUADRO IV – Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.....75

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I – Mapa de Localização do Estudo.....	56
FIGURA II – Antropização do Território e os Espaços Sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.....	63
FIGURA III – Mapa de Localização dos Espaços Sócio-Ocupacionais do Serviço Social por Campo de Atuação na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.....	67
FIGURA IV – Mapa de Localização dos Espaços Sócio-ocupacionais do Serviço Social por Natureza do Empregador na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.....	74

SUMÁRIO

CAPA.....	I
FOLHA DE ROSTO.....	II
FICHA CATALOGRÁFICA.....	III
TERMO DE APROVAÇÃO.....	IV
BANCA EXAMINADORA.....	IV
DEDICATÓRIA.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VI
EPIÍGRAFE.....	VII
RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	X
LISTA DE QUADROS.....	XIII
LISTA DE FIGURAS.....	XIV
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I - O ESTABELECIMENTO DA RESILIÊNCIA COMO VÍNCULO DE IMBRICAMENTO ENTRE INSTRUMENTALIDADE E SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL.....	22
1.1. A resiliência associada ao movimento enquanto expressão do processo sócio-histórico.....	22
1.2. Resiliência no Serviço Social.....	25
1.3. Instrumentalidade Profissional: uma expressão da dimensão técnico operativa do Serviço Social.....	29
1.4 – A relação homem e natureza: concepções de adaptabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.....	34

CAPÍTULO II - QUESTÃO AMBIENTAL: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ DE EDUCANDOS NA CIDADE DE MANAUS/AM.....	45
---	----

2.1. Subalternidade: Traço histórico da gênese da questão social no Brasil e na Amazônia	45
--	----

2.2. Questão Social e Serviço Social no Amazonas.....	51
---	----

2.3. Breve contextualização do processo de antropização da Bacia Hidrográfica do Igarapé do Educandos na cidade de Manaus/AM.....	54
---	----

CAPÍTULO III – A DIMENSÃO INTERVENTIVA DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS DA BACIA HIDROGRAFICA DO IGARAPÉ DE EDUCANDOS NA CIDADE DE MANAUS/AM FRENTE À QUESTÃO AMBIENTAL.....	67
--	----

3.1. Os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e a Questão Ambiental.	68
--	----

3.2. Caracterização da natureza dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos	72
--	----

3.3. Campo de resiliência no Serviço Social: Sustentabilidade e Instrumentalidade.....	81
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
----------------------------	----

REFERÊNCIAS.....	87
------------------	----

APÊNDICE I. QUESTIONÁRIO.....	93
-------------------------------	----

APÊNDICE II. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....	100
---	-----

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação é um tema que exige do profissional de Serviço Social, na atualidade, uma análise de conjuntura acurada, em decorrência das alterações consubstanciais da dinâmica societária, haja vista as estratégias do capital em crise, que rebate diretamente no trabalho cotidiano.

Trata-se de intervenção profissional, tendo, como base, a percepção crítica ao modelo deletério de exploração dos recursos naturais, no marco do modo de produção capitalista, enquanto uma expressão das contradições típicas desse sistema, incidindo na postura profissional no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho.

Assim, o objetivo desta dissertação propõe desvelar a resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade, tendo, como parâmetro analítico, o ambiente como uma das expressões da questão social e campo interventivo do Serviço Social.

A pesquisa aborda o ambiente enquanto um campo de atuação recente na prática profissional do Serviço Social e exige a necessidade de um recorte de tempo e território, que configure com propriedade a relação entre sustentabilidade e instrumentalidade.

Deste modo, elegeu-se a Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE na cidade de Manaus – Amazonas, como o território do espaço cotidiano dos profissionais de Serviço Social, para investigar a identidade/unidade da dimensão ambiental no cotidiano profissional, com ênfase na análise entre a racionalidade instrumental e a racionalidade dialética dos profissionais de Serviço Social que exercem suas atividades sócio-ocupacionais no território dessa Bacia Hidrográfica.

A unidade de pesquisa – Bacia Hidrográfica – foi delimitada a partir dos seguintes critérios: (i) trata-se de uma ferramenta de planejamento que permite avaliar de forma integrada os elementos e fatores físico-bióticos e socioeconômicos na dinâmica da totalidade social; (ii) pode também ser uma ferramenta de análise das expressões da Questão Social e (iii) heurísticamente aproximar a prática

profissional do Serviço Social à dimensão socioambiental do espaço cotidiano das populações usuárias dos serviços sociais.

Para apontar os resultados teóricos e empíricos alcançados, foram definidos três objetivos específicos: (i) identificar o perfil dos espaços ocupacionais na área delimitada para a pesquisa enquanto espaço de trabalho e sociabilidade dos profissionais de Serviço Social no enfrentamento da questão social; (ii) investigar qual a racionalidade, a partir da categoria analítica da instrumentalidade que norteia o profissional do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais, na área de abrangência delimitada para a pesquisa e (iii) analisar os resultados da processualidade dos dados coletados, a partir das categorias analíticas propostas e postas no cotidiano da prática profissional.

A pesquisa foi desenvolvida por intermédio do Grupo de Pesquisa Questão Social e Assistência Social no Amazonas, certificado pela instituição e seguiu os parâmetros recomendados pela Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

A sustentação da conexão categorial proposta e os critérios de escolha da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE são deslindados no decorrer desta dissertação, no diálogo com os resultados da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com o aporte do materialismo histórico dialético, com a compreensão de que o objeto de estudo é uma das totalidades complexas no bojo da totalidade das relações sociais de produção na sociedade burguesa.

Os conceitos-chaves identificados na revisão bibliográfica, articulados na dinâmica da processualidade com os dados coletados na amostra em campo, permitem refletir sobre a resiliência no Serviço Social, apoiado em uma revisão bibliográfica, documental e cartográfica acerca da configuração dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, do território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE, para aprofundar a forma e o conteúdo das categorias analíticas da pesquisa: sustentabilidade; resiliência; instrumentalidade; questão social e questão ambiental.

Na construção metodológica desta dissertação, foram adotadas as seguintes fases:

Na primeira fase, foi desencadeada a pesquisa bibliográfica e documental para fundamentar teoricamente a pesquisa de campo. Foram selecionados trabalhos científicos acerca da temática: seleção de bibliografias, leitura e fichamento de textos internacionais, nacionais e regionais, enfim, um acervo de relevantes trabalhos pertinentes às categorias analíticas eleitas para o estudo, esta fase permeou todo o processo de construção do trabalho, pois a busca por sustentação teórica é contínua.

Na segunda fase, a de campo, com o objetivo de coletar os dados fundamentais, os sujeitos da pesquisa foram identificados e objetivados, considerando os limites da pesquisa e do objeto social a ser pesquisado, a partir do envolvimento de três etapas distintas, porém, imbricadas entre si:

Na primeira etapa, foram identificados os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social para então deflagrar a etapa de campo. A identificação desses espaços passou a ter forma, a partir da rede de conhecimento e experiência da pesquisadora na área delimitada para a pesquisa de campo, acrescida por informações disponíveis na internet nos portais institucionais públicos, privados e do terceiro setor que comportam profissionais do Serviço Social.

Esse processo de identificação dos espaços profissionais foi de fluxo contínuo para coleta de dados e gerou o mapa georeferenciado dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.

Como critério de inclusão na amostra foi considerado como potencial sujeito desta pesquisa todos os Assistentes Sociais que exercem atividades profissionais nos espaços sócio-ocupacionais localizados na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.

Na segunda etapa, com os espaços sócio-ocupacionais delimitados, foi desencadeada a sensibilização, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, para que os profissionais aceitassem serem sujeitos da pesquisa, cujo benefício seria o de suscitar o debate, a reflexão e contribuir para a percepção da questão ambiental como um eixo da dimensão interventiva dos profissionais em Serviço Social.

De modo específico, ao interagir com a pesquisa, os sujeitos tiveram a oportunidade de refletir acerca do conhecimento no cotidiano dos usuários como

também dos aspectos teórico-metodológicos em relação ao *modus operandi* de sua prática profissional, inclusive, aqueles que, independente do motivo, não puderam ou não aceitaram ser sujeitos da pesquisa, mas tomaram conhecimento dela e, mesmo de forma indireta, receberam a influência suscitada pela problematização.

A Resolução 196/96 – CNS afirma que toda a pesquisa tem risco, assim, compreende-se que o risco para os sujeitos desta pesquisa pode ser de natureza subjetiva.

Neste caso, houve um zelo exacerbado em minimizar os possíveis constrangimentos, dedicando atenção especial para evitar atitudes e ações que pudessem causar constrangimento de qualquer natureza aos sujeitos da pesquisa.

No transcorrer do processo de sensibilização, foram entregues aos profissionais de Serviço Social que atuam na BH/IE mais de 100 (cem) kits com os instrumentos de pesquisa. O kit de pesquisa era composto por dois envelopes, um com o questionário (APÊNDICE I) e o outro com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido TCLE (APÊNDICE II) e uma caneta. Tal procedimento assegurou o anonimato do sujeito da pesquisa, pois, ao receber os envelopes de volta, a pesquisadora separava-os de acordo com a sua finalidade, evitando, inclusive, que a mesma associasse o sujeito da pesquisa ao respectivo questionário, caso, o mesmo estivesse no mesmo envelope do TCLE.

A amostra da coleta de dados foi realizada com 50 (cinquenta) sujeitos que desempenhavam atividades como profissionais de Serviço Social, nos meses de junho, julho e agosto de 2013, nos espaços sócio-ocupacionais estabelecidos no território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos na cidade de Manaus/Amazonas.

Na terceira fase, foram desencadeadas a organização e a análise dos dados. As informações foram organizadas e sistematizadas para ordenamento e construção do quadro relacional que subsidiou o diálogo com o referencial teórico adotado.

Foi realizada ainda uma análise para a consolidação de argumentos, explicação e interpretação das informações para contribuir na construção do quadro de referências das categorias analíticas estudadas para a elaboração do relatório de pesquisa e consolidação da dissertação.

Esse movimento desencadeou as sucessivas aproximações da totalidade alcançada, para que o presente seja fonte alimentadora na consolidação dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, evidencia-se o imbricamento entre instrumentalidade e sustentabilidade, por intermédio da resiliência, apresentada como campo de tensão no âmbito das relações sociais. A categoria resiliência tem aporte conceitual em Antunes e Begossi e, heurísticamente, encontra sua vinculação com o Serviço Social em Netto e Yamamoto, e no diálogo com Guerra e Freire na categoria instrumentalidade; no caso da sustentabilidade, trabalhou-se Moran, Fernandes, Redclift e Carvalho, fazendo o caminho de volta com as categorias já abordadas.

No segundo capítulo, é discutida a questão ambiental como uma expressão da questão social, na ocupação do território e na criação de espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos na cidade de Manaus/AM.

E, finalmente, no terceiro capítulo, é apresentada a discussão acerca da dimensão interventiva do Serviço Social no que se refere à questão ambiental.

Ao submeter-se à Banca Examinadora esse resultado de pesquisa desencadeada no Programa de Pós-graduação Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas – PPGSS/UFAM se pretende contribuir para o debate plural acerca dos elementos que envolvem o cotidiano das relações sociais, pressionadas pelas forças produtivas, onde os profissionais de Serviço Social são cotidianamente instigados a exercer a resiliência entre a sustentabilidade e a instrumentalidade no enfrentamento da questão social e desafiados a apresentarem respostas profissionais compatíveis com as demandas sociais exigidas pela população amazônica ao desvelarem a questão ambiental por intermédio da sua instrumentalidade profissional no contexto das expressões da questão social.

CAPÍTULO I

O ESTABELECIMENTO DA RESILIÊNCIA COMO VÍNCULO DE IMBRICAMENTO ENTRE INSTRUMENTALIDADE E SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

Para compreender a categoria resiliência em profundidade e extensão, nos limites que se pretendeu empreender na pesquisa realizada para esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas – PPGSS/UFAM, tornou-se necessário promover o imbricamento no marco da instrumentalidade, vinculada aos espaços onde se desenrolam as microssituações da prática dos profissionais do Serviço Social com a sustentabilidade vinculada aos espaços de desencadeamento das macroanálises societárias; conforme se busca a seguir.

1.1. A resiliência associada ao movimento enquanto expressão do processo sócio-histórico

Considera-se apropriado introduzir o entendimento acerca dessa categoria, a partir da contribuição de (ANTUNES, 2009:13):

Resiliência é uma abordagem teórica de um conceito extraído da física e muito usado pela engenharia e que representa a capacidade de um sistema de superar o distúrbio imposto por um fenômeno externo e inalterado. Do Houaiss – Dicionário da Língua Portuguesa – é a propriedade de retomar à forma original após ter sido submetido a uma deformação *ou* capacidade de se recobrar ou de se readaptar à má sorte, as mudanças (do latim *resilientiae*, part. pres. pl. neut. de *resiliere*, “recusar vivamente”).

Denota-se que a resiliência tem, como característica, a capacidade de resistir, mesmo sendo tensionada e sofrendo inflexão, consegue preservar as suas propriedades originais e manter-se em movimento.

Esta característica é identificada no âmbito das Ciências Humanas e Aplicadas e encontra-se associada ao desenvolvimento e crescimento humano e social, conforme Soria *et alii* (2007:2), a mesma afirma que “é importante relacionar o conceito de resiliência como um processo com fatores e resultados resilientes proximais ao contexto, prevenção e promoção de cada realidade: unidade social e/ou indivíduo”.

Na disciplina ecologia, a resiliência está associada a uma “capacidade que os ecossistemas desenvolvem ao absorver tensões ambientais, sem perceptivelmente mudar seu estado ecológico para um estado diferente”. (VEIGA, 2010:11)

Denota-se que, em decorrência das características acima expostas, a resiliência transita por diversas áreas da vida e do conhecimento; por isso a pertinência do imbricamento entre sustentabilidade, como a concepção hegemônica da forma de como o capital conduz socialmente sua intencionalidade, para assegurar a reprodução de suas propriedades originais de acumulação e exploração e a instrumentalidade, enquanto uma propriedade de resistência a esse mesmo capital, construída e cotidianamente reconstruída no âmbito do projeto Ético-Político do Serviço Social.

Reconhecer o imbricamento socioambiental dessas categorias é um exercício na busca de pistas que são deslindadas nas mais diversas áreas do conhecimento, no caso, a pista precursora foi encontrada na revisão dos aspectos ecológico-culturais de populações neotradicionais das regiões da Mata Atlântica (caiçaras) e Amazônia (caboclos), por Begossi (2001:206-236) que propõe uma análise do capital cultural dessas populações à luz do conceito ecológico de resiliência.

Ao analisar os comportamentos culturais dessas populações, a autora traça um paralelo entre a flexibilidade e a inércia cultural, enquanto atributos que podem influenciar a resiliência ecológica. A flexibilidade auxiliou os seres humanos a se adaptarem e sobreviverem em diferentes ambientes, em decorrência das mudanças ocorridas no Pleistoceno¹.

Por sua vez, a inércia cultural, por ser conservadora e refratária às mudanças (como as tradições), tem consequências diferentes: (i) o comportamento cultural pode ser considerado “carga” à semelhança de carga genética, traços deletérios ou variedades mal adaptadas; (ii) em outras circunstâncias, comportamentos culturais tradicionais podem elevar a resiliência ecológica; (iii) ou então um comportamento cultural aparentemente inútil pode não o ser em situações específicas.(BEGOSS, 2001:206)

¹ O mais antigo período geológico, e durante o qual se detectaram os primeiros vestígios da existência do homem.

A análise desses dois atributos, a flexibilidade e a inércia cultural é fundamental para afirmar que as comunidades neotradicionais têm flexibilidade cultural e econômica:

A cultura é adaptativa porque, entre outros aspectos, é variável e flexível. A variabilidade ou, utilizando outro termo, a diversidade (genes, espécies, cultura) é a base para sobreviver e permite às comunidades se adaptarem às mudanças ambientais. (BEGOSSI 2001:226).

A resiliência ecológica-cultural, além de ser uma estratégia de sobrevivência e de manutenção de identidade para as populações neotradicionais, apresenta um forte potencial de resistência à invasão da ordem do capital nesses espaços comunitários. (BEGOSSI, 2001)

Neste aspecto, a contribuição de Begossi (2001) aprofunda a concepção de Veiga (2010) que se limita a associar a resiliência à estabilidade e alinha-se com a linha de raciocínio de Suess e Mendoza (2011) cujos estudos apontam a forma com a qual os bosquesinos na Amazônia peruana se relacionam com a natureza, assim como as populações neotradicionais na Amazônia brasileira, os bosquesinos também possuem resiliência ecológica-cultural, que transita no campo da resiliência (resistência) contrapondo-se à lógica da acumulação capitalista.

El ser humano es un ser siempre menesteroso que trabaja para satisfacer sus necesidades, supuestamente ilimitadas; al trabajar, obtiene dinero con que consume, satisfaciendo así sus necesidades. Los bosquesinos, siendo "(extremadamente) pobres", carecen de dinero para satisfacer sus necesidades; desde luego, hay que ayudarles a que aumenten su producción y, con eso, sus ingresos, para que puedan consumir más y satisfacer las necesidades que hasta ahora quedan insatisfechas. Es eso el objetivo de los "proyectos de desarrollo". Esta lógica asume que el mercado es el lugar donde el ser humano satisface sus necesidades y que la satisfacción consiste en el consumo de bienes y servicios adquiridos en el mercado. Al observar sólo superficialmente la vida bosquesina, nos damos cuenta en seguida que eso es sólo parcialmente el caso. No todas las necesidades diarias están satisfechas con bienes o servicios comprados en el mercado. (SUESS e MENDOZA, 2011: 36-37).

Observa-se, também, que se encontra embutida nesse campo de resiliência – o campo das necessidades – a disputa de interesses conflitantes, no movimento do processo sócio-histórico que engendra a totalidade do cotidiano das populações na Panamazônia, para a manutenção dos ecossistemas onde habitam, e ao mesmo tempo, resistem à pressão às mudanças impostas pelas relações sociais de produção.

Essa disputa, também, faz parte do cotidiano do profissional de Serviço Social, quando se analisa a trajetória de “tentativa de ruptura²” do Serviço Social com o conservadorismo profissional que tem um projeto profissional com direção social antagônica ao projeto societário hegemônico.

Delimita-se que a concepção de conservadorismo, apresentada nesta dissertação, é compreendida no contexto do embate da luta de classes que tem, no neoliberalismo,³ o viés conservador da ordem do capital para a manutenção do *status quo* na atualidade.

1.2. Resiliência no Serviço Social

A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social⁴ é emblemática para esta dissertação, pois se entende que a pesquisa instiga, nos profissionais de Serviço Social, a necessidade de aprofundar as relações entre as macroanálises e as microssituações enfrentadas no cotidiano profissional.

É exatamente nesse ponto de inflexão que se torna adequado introduzir a análise da resiliência entre sustentabilidade, como uma expressão para a manutenção da ordem do capital, no campo das macroanálises e a instrumentalidade como um dos elementos de resistência do Serviço Social no campo das microssituações cotidianas.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social emerge no bojo da teoria social crítica (tradição marxista), onde as ações humanas, individuais ou coletivas, sempre orientam para o alcance de objetivos, metas e fins para atender às necessidades e

² Expressão utilizada por José Paulo Netto, para expressar o processo de embate contra o conservadorismo profissional no Serviço Social.

³ O neoliberalismo é inspirado no liberalismo do século XVII e XIII. Emerge logo após a Segunda Guerra com a publicação do “O caminho da Servidão” de Friedrich Hayek; considera o caráter intervencionista do Estado no mercado como uma ameaça à liberdade e faz severas críticas ao *Welfare State*, começa a se firmar de forma hegemônica, a partir da crise do modelo econômico do pós- guerra em 1973 e na atualidade sustenta a reestruturação produtiva do capital.

⁴ Trata-se de uma disputa política travada no interior da categoria profissional dos Assistentes Sociais, pela hegemonia da condução teórico metodológica; ético-política e técnico-operativa, cujo marco é o “Congresso da Virada” em 1979. Este projeto profissional tem como fio condutor a tradição marxista e encontra-se expresso nos marcos legais da lei de regulamentação da profissão (1993), pelo código de ética (1993) e as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996) que norteiam a formação profissional.

aos interesses de membros da sociedade, o que sempre remete a um projeto enquanto uma antecipação do que se pretende alcançar, apropriando-se de valores que justifiquem a escolha dos meios para alcançar a finalidade almejada (NETTO: 2006:1).

Destaca-se que é necessário efetuar a distinção entre dois tipos de projeto coletivo: os projetos societários e os projetos profissionais, pois apenas os primeiros (projetos societários) apresentam como característica o nível de amplitude e profundidade pertinente aos projetos macroscópicos que desencadeiam as macroanálises, e simultaneamente, estão vinculados aos projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). (*IDEM*: 2).

Processo diferente acontece com os projetos profissionais, enquanto os espaços das microssituações, considerando-se que os seus projetos coletivos estão atrelados especificamente às profissões, as quais, regulamentadas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral, de nível acadêmico superior (*IBIDEM*: 3).

Ao proceder à distinção entre projetos societários e profissionais, denota-se que o autor faz uso de um recurso relacional, para melhor explicar a natureza de cada projeto, donde se compreende que os projetos profissionais compõem um dos espectros dos projetos societários em uma relação de interdependência.

Denota-se, ainda, a importância explícita da dimensão política das relações de poder emanadas pelos projetos societários, pois a concorrência entre eles é um fenômeno próprio da democracia política ainda que:

A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas *flexíveis* e *cambiantes*: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas. (NETTO, 2006:3)

Na análise dessa característica acerca da estrutura flexível e cambiante dos projetos societários, infere-se que é possível realizar o cotejamento com a resiliência ecológica cultural, em relação a sua característica da flexibilidade que permitiu ao homem, no decorrer da sua história, adaptar-se por uma questão de sobrevivência, ao mesmo tempo em que é tensionado pela inércia cultural, conservadora e resistente às mudanças.

Em relação aos projetos profissionais, Netto (2006:4,5) adita, ainda, que enquanto um tipo de projeto coletivo, os mesmos demandam três exigências; (i) ter na base um corpo profissional fortemente organizado; (ii) ter uma estrutura dinâmica, considerando as demandas sociais e profissionais, por isso se renovam e se modificam; (iii) ter dimensões políticas que não são elimináveis, pois se relacionam com os projetos societários (sentido amplo) além das particularidades profissionais específicas (sentido estrito).

Quanto se trata dos projetos profissionais, identifica-se que a mesma cultura adaptativa da resiliência ecológica que permite às populações neotradicionais manterem as suas propriedades originais é a mesma que dá fôlego ao Projeto Ético-Político do Serviço Social – PEP/SS a se adaptar e superar as condições adversas, no contexto da democracia política, onde se dá o embate dos projetos societários.

É na atuação profissional no contexto do mercado de trabalho, imersa na dinâmica cultural do tardo-capitalismo, entre a produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que se manifesta a resiliência no âmbito do Serviço Social, e justamente porque esta tem um Projeto Ético-Político hegemônico, na categoria profissional que vai na contramão do projeto societário vigente e antagônico aos interesses da classe trabalhadora. Nesse embate, Netto (1996:126) afirma que se dá o confronto de dois paradigmas de profissional:

O técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada.

Em relação ao Serviço Social, torna-se possível a identificação da cultura adaptativa abordada na resiliência ecológico-cultural, evidenciando-se como resiliência sociocultural, haja vista que 80% dos profissionais de Serviço Social entrevistados na pesquisa que atuam nos espaços sócio-ocupacionais da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE, declararam que conduzem a direção política de sua prática profissional pautada no Projeto Ético-Político de rompimento com o conservadorismo na profissão.

Está posta a pertinência da categoria resiliência, considerando que a mesma detém características essenciais aos projetos societários (flexíveis e cambiantes), e profissionais, (dimensão política ineliminável). Assim, é possível expressar a reação

ao conservadorismo na profissão por intermédio da vertente teórico-profissional de influência marxista e direção social estratégica, atualmente denominada de Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Na literatura profissional, encontram-se as reflexões que fortalecem teoricamente a problematização que embasa o desenvolvimento desta dissertação:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas [...] questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe. É nesta tensão entre produção desigual da riqueza e produção da rebeldia e resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.(IAMAMOTO, 2007:28)

Quando analisa o procedimento técnico-operativo do Serviço Social, Dahmer Pereira (2011:167) se reporta à citação acima para refletir que “o desafio posto pela rebeldia dos nossos usuários é, a nosso ver, a possibilidade de não nos deixarmos cegar pela rotina, pelo hábito da repetição”.

Ao abordar a mediação como categoria fundamental para o trabalho do assistente social, Pontes (1999:40) argumenta:

É a presença da *negatividade* (tensão entre as forças que lutam pela manutenção da ordem social e as forças que buscam desestruturá-la) no ser social que explica os processos históricos de mudança e transformação da sociedade.

No bojo da contribuição da produção da literatura no Serviço Social, associa-se a resiliência a esse “campo de tensão” onde se desenvolve o cotidiano da prática profissional.

No campo de tensão, da produção coletiva e apropriação privada da riqueza, é que os profissionais de Serviço Social se deparam com o ambiente, no caso, a questão ambiental como uma das expressões da questão social.

A polarização entre o conservadorismo profissional e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, quando vista apenas na sua forma, se limita à dicotomia que se encontra arraigada no pensamento social burguês, porém, quando analisada em seu conteúdo por contemplar em seu bojo a variabilidade e a diversidade necessárias para o desenvolvimento da resiliência.

Em síntese: a polaridade com que trabalhamos (conservadorismo x marxismo) se mostra rígida para apanhar a riqueza e a complexidade do

pensamento social que se desenvolveu no interior da sociedade burguesa constituída (pós-revolucionária). Limitar-se a ela significaria condenar-se a um perigoso reducionismo. Entretanto, isto só é parte da verdade, porque se não tomamos em consideração essa polaridade a estrutura de qualquer análise da concreta riqueza do pensamento social moderno fica comprometida. É essa polaridade que dá sentido aos outros cortes, que confere significação as diversidades que se foram engendrando nas metamorfoses do conservadorismo (e, igualmente do marxismo). (ESCORSIM NETTO, 2011: 148)

A resiliência desvela o embate entre o conservadorismo profissional e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Interessante que, ao proceder à revisão bibliográfica acerca do conservadorismo, constatou-se, em Escorsim Netto (2011), a mesma reflexão apresentada por Iamamoto (2008), e que fundamentou o projeto de pesquisa que concorreu ao edital do PPGSS/UFAM em 2010, para ingresso em 2011, no caso, ambas se reportam a Lukács para expressar preocupação e a denúncia de uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita.

Essa é uma das tensões, a presença da negatividade que se apresenta no campo de resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade posta no cotidiano do profissional de Serviço Social.

1.3. Instrumentalidade Profissional: uma expressão da dimensão técnico operativa do Serviço Social

O Serviço Social, enquanto uma especialização está inserida na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade do capital; responde a um conjunto de necessidades desta sociedade que lhe são colocadas através de demandas postas à profissão, demandas que têm como cenário o meio físico onde vivem as pessoas, cuja sociabilidade reflete as condições de vida precarizada em decorrência das desigualdades sociais produzidas pela contradição entre a produção coletiva da riqueza e a sua apropriação privada.

Portanto, a discussão do *modus operandis* das forças produtivas constituídas pelos meios, objetos de trabalho e força de trabalho, enquanto elementos que interagem na disputa dos projetos societários em relação à sustentabilidade

ambiental, impõe ao Serviço Social uma demanda profissional no enfrentamento da questão social.

A referida demanda encontra posições acordes em Freire (2006) e Guerra (2007) na categoria instrumentalidade, enquanto uma capacidade, propriedade adquirida no exercício profissional; uma expressão teórica metodológica e ético-política da profissão, como um conjunto de respostas profissionais a objetivar sua intencionalidade. Assim, os profissionais em Serviço Social modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

É exatamente, no nível do cotidiano, que a sustentabilidade ambiental e a instrumentalidade profissional do assistente social se tornam resilientes.

No nível do cotidiano, é possível, ao profissional de Serviço Social; desvelar, de maneira concreta, a relação entre a dimensão ambiental da realidade e as expressões da questão social. Essa resiliência passa ter visibilidade quando o capital, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que assegura a contínua produção e reprodução da questão ambiental, se empenha em atenuar as manifestações da questão social. (SILVA, 2010)

O aporte teórico reflexivo acerca da instrumentalidade encontrado em Guerra (2007) e Freire (2006) acerca da instrumentalidade encontra-se intrinsecamente vinculado, na atualidade, ao Projeto Ético-Político do Serviço Social – PEP/SS no tratamento da relação teoria/prática, pois se entende que essas abordagens permitem desvelar de modo crítico/criativo/propositivo, a prática profissional no Serviço Social.

Para fundamentar a natureza da instrumentalidade no Serviço Social que tem sua base sócio-histórica fundada no pensamento social burguês, a qual Guerra (2007), denomina de racionalidade formal-abstrata burguesa, é necessário adentrar na teoria social crítica⁵.

Por intermédio do trabalho, o homem operacionaliza os processos teleológicos, para satisfação de suas necessidades, ao desenvolver capacidades e habilidades e estabelece a sociabilidade entre si, transformando a natureza e

⁵ Refere-se à tradição marxista.

transformando a si próprio, Marx *apud* Lessa (1999), gerando então o que se denomina como ação antrópica⁶,

A contribuição de Guerra é abordada em Freire (2006:22; 23), posto que a instrumentalidade da profissão seja uma mediação privilegiada da articulação teoria e prática do Serviço Social em um sentido amplo concebido, como:

(...) instância de passagem, (...) do momento da pré-ideação para a ação (profissional) propriamente dita (...) (que) permite a passagem das análises macroscópicas, genéricas e de caráter universalista às singularidades da intervenção profissional, em contextos, conjunturas e espaços historicamente determinados (...) (que inclui também) as decisões, alternativas concretas de indivíduos concretos em situações concretas (GUERRA, 2000: 9; 23; 29-30).

A contribuição teórica acima fortalece a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, considerando que, ao se apropriar da mediação enquanto uma categoria central da dialética, a direção social que o Projeto Ético-Político imprime ao Serviço Social vai ao encontro da necessidade, conforme apontado anteriormente, em aprofundar as relações, entre as macroanálises e as microsituações enfrentadas no cotidiano profissional.

A autora defende que, reconhecer a instrumentalidade como mediação, significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-político e formativo, e negar a ação puramente instrumental, imediata, espontânea e reelaborá-la em nível de respostas socioprofissionais.

E ainda, acrescenta, deve-se investir numa instrumentalidade inspirada pela razão dialética, indo além da mera requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho, o que resulta num profissional que, sem prejuízo da sua instrumentalidade no atendimento das demandas, possa antecipá-las; e que, habilitado no manejo do instrumental técnico, saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

Emerge, em Guerra (2007), para refletir acerca das respostas profissionais, a afirmação de que as mesmas implicam intervenções que emanem de escolhas que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, e que estejam

⁶ Intervenção do homem sobre a natureza.

conectadas a projetos profissionais, aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos; aponta a interlocução do Serviço Social com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas.

Também a profissão tem produzido, através da pesquisa e da sua intervenção, conhecimentos sobre as dimensões constitutivas da questão social enquanto objeto de atuação profissional.

Desse modo, é importante contribuir para o debate plural acerca dos elementos teórico-metodológicos que envolvem o cotidiano das relações sociais, onde os profissionais de Serviço Social, ao desvelarem, com sua instrumentalidade, a questão ambiental, no enfrentamento da questão social, estarão, ou não, em sintonia com o redimensionamento da prática profissional diante de demandas emergentes da sociedade brasileira nos novos tempos, especialmente, no que concernem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que norteiam a formação profissional dos assistentes sociais na atualidade.

Na pesquisa de campo, os profissionais de Serviço Social responderam a essas duas questões.

Ao serem questionados acerca de qual concepção compartilham sobre o que é instrumentalidade no âmbito do Serviço Social, pode-se inferir usando a linguagem da estatística que houve um “empate técnico”, onde 40% dos entrevistados responderam que instrumentalidade é “o conjunto de respostas profissionais a objetivar sua intencionalidade, o que possibilita aos profissionais de Serviço Social modificar, transformar, alterar as condições objetivas e subjetivas, bem como as relações interpessoais e sociais existentes na realidade social no nível do cotidiano”; outros 40% responderam que é “a capacidade que o profissional de Serviço Social desenvolve para articular intra e inter institucionalmente potencialidades latentes para melhor atender aos usuários.”, os demais 20% optaram por assinalar que se trata “do conjunto de instrumentos e técnicas necessários ao agir profissional”.

Não obstante, a dissertação se sustenta em bases metodológicas que não neutras, fica evidenciado que a partir do referencial teórico apresentado, 60% dos entrevistados, mesmo apontando que têm como direção social o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ao desvelar a sua instrumentalidade, apropria-se de elementos constitutivos da racionalidade formal abstrata; assim está posto um

campo de resiliência (tensão e negatividade) entre a direção política dada à profissão e à concepção atribuída à instrumentalidade no âmbito do Serviço Social.

Toma-se, como base, para refletir que a questão ambiental, no bojo do processo desenvolvimento capitalista, eivado pelas crises financeiras, a partir da contribuição de Silva (2010:231) acerca da fundamentação da questão ambiental no Serviço Social:

É certo que no desenvolvimento de sua ordem sociometabólica, o capital opera inexorável e articuladamente na produção de mecanismos de apropriação da natureza e de exploração do trabalho humano: promove o desemprego e a precarização das relações de trabalho, tornando disponível um exército famintos a ser manipulado de acordo com as necessidades de barateamento dos custos da produção; por vias idênticas, transforma a natureza em “condição material de produção”, de tal sorte que tanto a depredação ambiental quanto a exacerbação da “questão social” compõem uma unidade estrutural: a mercantilização da natureza e a subsunção formal e real do trabalho ao capital integram um mesmo movimento destinado a assegurar as bases materiais e simbólicas do processo de acumulação capitalista. Vista sob essa perspectiva, “a questão ambiental”, se inscreve no interior das contradições do capitalismo contemporâneo.

É exatamente a unidade estrutural entre exploração da natureza e exploração do trabalho acima apontada que permite ao profissional de Serviço Social identificar a totalidade histórica das relações sociais de produção e reprodução, no seu espaço sócio-ocupacional e transpor uma prática profissional banal, (técnica) para uma prática profissional que anima a vida (intelectual) explicitada anteriormente por (NETTO, 1996:126).

Só assim é possível compreender uma intervenção profissional crítica, propositiva e criativa, no espaço sócio-ocupacional, como exequível para que o profissional supere a alienação ou pior ainda a reificação do seu cotidiano e se torne um intelectual com qualificação técnico-operativa.

A outra ponta da tensão que forma o campo de resiliência com a instrumentalidade (projeto profissional) é a sustentabilidade (projeto societário); para entender a totalidade desse movimento, é fundamental delinear a forma de como o homem se relaciona com a natureza.

Para dialogar com essa categoria analítica, optou-se por anteceder a revisão de literatura a partir da adaptabilidade humana e do desenvolvimento sustentável.

1.4 – A relação homem e natureza: concepções de adaptabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

O entendimento do significado de sustentabilidade ambiental na atualidade encontra-se intrinsecamente vinculado a sua capacidade em dar sustentação à produção e reprodução do capital, por sua vez, os que não concordam com essa tendência dominante apresentam possibilidades que rechaçam a mercantilização da natureza como um meio e a colocam como centro, afinal, é meio ambiente, porque é centro, não porque é metade.

A compreensão acerca do movimento desta relação homem natureza é fundamental para o desvelamento da resiliência, especialmente em relação à conotação de variabilidade e diversidade, dois elementos essenciais para a compreensão da totalidade histórica: a negação e o movimento, haja vista que o trabalho, enquanto categoria ontológica, é a mola propulsora da relação homem/natureza.

Como bem aborda Moran (1994), ao discorrer acerca do conceito da adaptabilidade, enquanto uma condição para a sobrevivência humana, deve-se buscar o enraizamento metodológico pertinente às ciências humanas e biológicas no tratamento do estado d'Arte deste conceito, enquanto um paradigma para desvelar a relação homem/natureza.

Até a década de 1950 (*op.cit*), indica que, entre as principais correntes intelectuais ocidentais que procuravam explicar a interação entre os indivíduos e a natureza, três temas principais podem ser observados: (i) o determinismo ambiental (ii) a adaptação humana à natureza (iii) a natureza como um fator limitante para as possibilidades humanas (MORAN, 1994:47).

Para o autor, esses temas representam três pontos no espectro intelectual. O primeiro e o segundo, pelo próprio título, enfatizam os pontos dominantes, o terceiro, por sua vez, ajuda a transpor a lacuna entre os dois primeiros, porém demonstra pouca preocupação com a natureza, mas, por sua vez, apresentavam uma nítida consciência quanto ao lado humano da equação; continua, ainda, ressaltado duas características recorrentes na problematização dos três temas: (i) conceituam a

interação homem/natureza mais como unidirecional do que sistêmica e (ii) dão maior ênfase a estágios do que a processos (*IDEM*, 1994:47;48).

Dos estudos ecológicos em antropologia que se seguiram a partir da década de 1950, destaca-se a contribuição de Steaward (1973) com ênfase no método comparativo, conhecida como ecologia cultural, que é o estudo de como se deram as adaptações humanas ao ambiente por meio de mecanismos culturais, onde foi quebrado o paradigma de que as sociedades de caça/coleta não viviam no limite da sobrevivência e sim desfrutavam de certa tranquilidade e que a passagem para a sociedade agrícola não foi algo natural e sim uma construção social. (MORAN, 1994:67; 90).

Também deve ser referenciada uma abordagem que se originou a partir dos avanços no campo da sociolinguística, a abordagem etnoecológica; essa abordagem geral foi denominada de etnociência e trata dos estudos das percepções culturais do mundo de como os indivíduos organizam essas percepções por meio da linguagem (MORAN, 1994:86).

Um estudo pertinente é encontrado na Amazônia, nesta linha de abordagem, denominado "*Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo*", coordenado pelo antropólogo e linguista Jurg Gasche Suess, com o objetivo de desenvolver o quadro interpretativo com base nos dados observados, para explicar, no conteúdo bosquesinos, noções de "liberdade", "condicionamento" (substituindo a "dependência", inicialmente formulado como "restrição" em "autonomia" "democracia" e cidadania").

Após um cotejamento entre os autores, pode-se inferir que o estudo de Gasché vai ao encontro do alerta posto por Moran nos anos setenta, no final do capítulo adaptabilidade do homem aos trópicos úmidos.

O desafio imposto pela floresta tropical às populações humanas reside em como torná-la mais produtiva sem destruir sua rica diversidade. A infinidade de vidas lá existente é um tesouro biológico, e o lucro a curto prazo não deve incitar o homem a destruí-lo. Os sistemas de lavoura das populações nativas dessas florestas tem muito o que nos ensinar acerca de como atingir a dupla meta de produções contínuas a longo prazo e necessidades de curto prazo. (MORAN, 1994:350)

Ao analisar os indivíduos nos ecossistemas, Moran (1994:41), discute sobre modelos como alternativas metodológicas para estabelecer a relevância de certos

processos que podem estar envolvidos na origem dos fatos observados, pois o estudo da adaptabilidade tem como ponto de partida a identificação de obstáculos ou problemas que requerem respostas adaptativas; essas respostas, por sua vez, podem ser de natureza reguladora, de aclimação ou de desenvolvimento.

É relevante a análise dos termos energia, matéria e informação. Direcionando o foco para o termo informação, o fluxo e a transformação da informação são de interesse para a análise, de como a matéria e a energia se transformam em trabalho. (ADAMS *apud* MORAN 1994:39).

Deste modo, na relação dos indivíduos com os ecossistemas, emerge o monopólio do poder social e de tomada de decisão em que camadas mais elevadas do sistema social assumem o monopólio do controle dos fluxos energéticos “fazendo com que poucas decisões individuais sejam responsáveis por grandes liberações de energia”. (ADAMS *apud* MORAN 1994:39).

O autor também salienta elementos de análise, importantes para a compreensão da adaptabilidade humana: (i) o comportamento migratório que influencia o estabelecimento de ligações como áreas mais produtivas, e (ii) o movimento tecnológico de entrada de recursos em determinada região para fornecer a quantidade de energia, matéria e informação para as populações humanas (MORAN, 1994:42).

Desta forma, os estudos das respostas para a adaptabilidade humana afirmam que os fluxos de energia, matéria e informação formam as conexões entre os componentes do ecossistema e delimitam os obstáculos e oportunidades que se apresentam aos seres humanos (*IDEM*, 1994:42).

Quando aborda acerca das teorias da interação homem/hábitat, reportando-se às noções modernas de homeostase, como a conservação das propriedades do sistema, o autor afirma que:

Na verdade todas as sociedades possuem explicações fisiológicas ou mitológicas sobre o mundo natural e o lugar que nele o homem ocupa. É por meio dessas tais explicações que todos os membros de uma sociedade articulam tanto o seu comportamento individual, quanto as suas necessidades de sobrevivência enquanto população. Tais explicações também fornecem as sociedades um meio para alcançar a medida de bem estar. (*IBIDEM*, 1994:47).

Está posto o cotejamento norteador para a apropriação do conceito de sustentabilidade que, necessariamente, passa pela compreensão do conceito de adaptabilidade em uma perspectiva histórica e teórica acerca da questão do desenvolvimento sustentável.

O homem foi desenvolvendo, ao longo tempo, com a natureza, conforme os estudos de Moran (1994:33; 36; 38) em relação aos termos energia, matéria e informação corroboram ao que Lukács *apud* Lessa (1997:16) denomina como a existência de três esferas ontológicas distintas, no caso a (i) inorgânica (ii) biológica e o (iii) ser social:

a inorgânica, cuja essência é incessante tornar-se outro mineral, a esfera biológica cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada e teleologicamente posta.

Concorda-se com a perspectiva de Lessa (1999:1) que afirma que “os homens apenas podem existir em relação com a natureza”, afinal, ele continua mais adiante:

(...) por mais desenvolvida que seja a sociedade, ela sempre terá uma base natural. Sem a transformação da natureza pelos homens – e sem a reprodução biológica – não há história humana. Contudo, o ser social é distinto do mundo natural porque, na esfera da vida a evolução se faz pelo desaparecimento e surgimento de novas espécies de plantas ou animais, a história humana é o surgimento, desenvolvimento e desaparecimento de relações sociais. (LESSA, 1999:22)

É exatamente em decorrência do processo de produção e reprodução das relações sociais (ser social) que o homem, por intermédio do trabalho, graças a sua capacidade teleológica para transformar a natureza (energia, matéria e informação) pôde, ao longo do desenvolvimento das forças produtivas, adaptar-se e construir processos teleológicos que extrapolam a necessidade de sobrevivência, para garantir a presença da espécie humana, assim a adaptabilidade é uma condição essencial para a preservação da espécie humana.

Ao considerar a perspectiva histórica acerca da temática, é abordado, em Romeiro (2001:14), que a relação homem/natureza assumiu características próprias a partir do controle do fogo, entretanto não é o puro controle sobre o fogo que leva às mudanças radicais, apresentando, como exemplo, os povos indígenas que usam o fogo como técnica agroflorestal e outros instrumentos, que modificam a natureza sem provocar desequilíbrio.

Portanto o autor afirma que um ecossistema em equilíbrio não quer dizer um ecossistema estático, deduz-se que Romeiro (2001:14), assim com Moran (1994:81), entende que a homeostase⁷, (em seu sentido moderno), corresponde à capacidade que os ecossistemas mesmo sobre pressão são capazes de manterem as suas propriedades originais, mas, esse não é paradigma unânime, como é o caso de Fonseca (2011:387) quando afirma que o equilíbrio ecológico é essencialmente natural e dinâmico e que a ação humana “interfere, interrompe ou rompe definitivamente esse estado de estabilidade, por ultrapassar os limites da resiliência”.

Com a revolução industrial, no século XVIII, a capacidade da espécie humana de intervir na natureza foi potencializada e aumenta continuamente, baseada no uso intensivo de grandes reservas fósseis e abriu caminho para uma expansão inédita da escala das atividades humanas que pressionam sobremaneira a base dos recursos naturais. (ROMEIRO, 2001:6).

Para discutir o desenvolvimento sustentável, existe um aspecto fundamental que não se pode prescindir do debate, trata-se do caráter finito dos recursos naturais e, conseqüentemente, da necessidade de buscar alternativas que não comprometam a reprodução ampliada do capital, conceitualmente compreendido nesta dissertação nos termos postos por Lessa (1999: 13) como uma:

Relação social que se caracteriza pela expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores dando origem a uma forma de propriedade privada que se distingue das outras formas anteriores pela sua necessidade intrínseca de expansão.

Deste modo, para fundamentar o debate acerca da sustentabilidade, a referida categoria não pode ser deslocada do contexto de produção da ordem do capital e dos embates políticos embutidos na correlação de forças na luta pela hegemonia do poder. (FERREIRA, 1998).

Diante desta configuração sócio-histórica, no debate teórico, o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como um conceito normativo que surgiu no início da década de setenta do século XX, como uma proposta conciliadora, no bojo da polêmica entre crescimento econômico e meio ambiente, deflagrada pela

⁷ Esta relacionada à noção de equilíbrio.

publicação do relatório do Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental. (ROMEIRO, 2001:7)

A partir de 1987, em função da divulgação do relatório denominado Nosso Futuro Comum, apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável quando então passou a ser disseminado: “sendo definido como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidades das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”. (FERNANDES; 2003:131).

Por seu caráter conciliador, o tempo jogou a favor de uma ampla aceitação de que o desenvolvimento tecnológico relativiza os limites ambientais, mas não os elimina, sendo o crescimento econômico uma condição necessária, porém não suficiente para a eliminação da pobreza. (ROMEIRO, 2001:8)

Daí que a emergência das questões socioambientais ao se manifestar, entre outras, como uma das expressões da questão social, tem, nesse caráter conciliatório do desenvolvimento sustentável, o solo fértil, para assegurar à ordem capitalista a sua necessidade intrínseca de expansão.

Encontra-se, em Andrade (2010:7-10), um elucidativo quadro conceitual acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, a autora faz o cotejamento a partir das contribuições de Stahel (1994); Cavalcanti (1997) Godard (1997) (Sachs *apud* Chaves E Rodrigues, 2006) e Barbieri (2006) e afirma que todas essas tem em comum uma clara preocupação com a natureza, mas não rechaçam o desenvolvimento e nem o progresso, ao mesmo tempo afirmam que todos os conceitos de desenvolvimento sustentável analisados absorvem parte dos pressupostos do *mainstream* econômico neoclássico de equilíbrio e crescimento.

O estudo em epígrafe contribui para demonstrar o caráter contraditório, enquanto uma das características mais evidentes do sistema capitalista, cuja expressão se manifesta no tom conciliador do conceito de desenvolvimento sustentável expresso na contribuição de Stahel (1994) ao afirmar que “a sustentabilidade do todo só pode repousar na sustentabilidade das partes”; por sua vez Cavalcanti (1997) faz alusão de que “a política de desenvolvimento, na montagem de uma sociedade sustentável, não pode desprezar as relações entre o

homem e a natureza que ditam o que é possível em face do desejável”; Godard (1997) também expõe a necessidade de “uma política de sustentabilidade do desenvolvimento”; em Sachs *apud* Chaves e Rodrigues, (2006) o conceito de sustentabilidade é constituído pelas dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural, e Barbieri (2006) afirma que, “para tornar operacional o conceito de desenvolvimento sustentável, é preciso atentar para o fato de que se trata de uma concepção multifacetada, envolvendo questões econômicas, sociais, culturais e políticas”.

O conceito de desenvolvimento sustentável, que Barbieri (2006) *apud* Andrade (2010) qualifica como uma “concepção multifacetada” encontra, no termo sustentabilidade, utilizado por Stahel; Godard; Sachs e subliminarmente exposto por Cavalcanti, o seu cariz operacional, ou melhor, expõe o caráter de manejo dos recursos naturais.

Há ainda a compreensão do termo sustentabilidade, como um valor, defendida por Veiga (2010), que agrega o sentido ético, ao mesmo, esclarecendo que o referido substantivo foi rejeitado tanto pela direita quanto pela esquerda na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), denominada também como *ECO-92*, porém:

Hoje, devido a uma evolução que ainda vai demandar tempo para ser bem entendida, o substantivo – sustentabilidade – passou a servir a gregos e troianos quando querem exprimir vagas ambições de continuidade, durabilidade ou perenidade. Todas remetendo ao futuro. (VEIGA, 2010: 12)

Ao analisar o termo sustentabilidade desde a *ECO-92*, Redclift (2003:47;70) diverge de Veiga (2010) e afirma que se trata de um conceito onde o poder do mesmo tem seu ponto forte nos discursos que lhe dão eco, do que qualquer valor heurístico ou substantivo partilhado que ele possa ter. O autor analisa que, desde o Relatório Brundtland, se popularizou o termo desenvolvimento sustentável em 1987:

(...) o ambiente natural tem estado intimamente ligado com a satisfação das “necessidades” humanas. Subsequentemente, a mudança na ênfase sobre as “necessidades” para ênfase nos “direitos”, marcou um deslocamento do poderoso paradigma keynesiano” de relações econômicas no pós-II Guerra Mundial para o das certezas neo-liberais do final da década de 1980 e dos anos 90. (REDCLIFT, 2003:70)

A sustentabilidade é sugerida por Redclift (2003:70) “como um conceito estabelecido, tem frequentemente disfarçado, em vestimentas mais novas, os conflitos de agendas do passado” e acrescenta:

afirmamos que ainda que a invenção da necessidade de um manejo global do meio ambiente se fundamenta, em parte, no pressuposto de que ele ajudaria a corrigir as anomalias da economia e da política comercial globais. (REDCLIFT, 2003:71)

Constata-se que Veiga (2010) e Redclift (2003) apresentam calibres teóricos diferenciados para analisar a categoria sustentabilidade, caracterizando assim, uma visão de mundo e de homem que representam projetos societários antagônicos,

O primeiro apresenta a visão hegemônica, ao afirmar que a sustentabilidade deve ser compreendida como um valor, que encontra sustentação nas disciplinas de ecologia e economia, sendo mais importante reduzir a insustentabilidade por tratar-se de uma noção que remete ao futuro cuja definição seja improvável e que o fundamental é abreviar a era fóssil e superar a “tosca maneira de se avaliar o desempenho econômico, a qualidade de vida, e a própria sustentabilidade ambiental”, assegurando que:

o foco do debate sobre a sustentabilidade esta na esperança de que a humanidade deixe de abreviar o prazo de sua inevitável extinção se souber cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais dependem. (VEIGA, 2010:14)

O segundo apresenta uma visão contra-hegemônica, ao analisar que a “sustentabilidade” tem existido sempre entre aspas. Discorre que a ideia ainda é útil, mas que não deve ser associada unicamente com a preservação dos ecossistemas, haja vista que as “mudanças nas comunicações globais e na genética têm alterado nossas relações com o meio ambiente”, pois faz sentido nos considerarmos como parte do discurso da sustentabilidade. (REDCLIFT, 2003:47)

Em relação ao aspecto da contribuição humana para a sustentabilidade, Veiga (2010), mesmo reconhecendo que não é o consumo consciente que irá garantir “o prazo de validade da espécie humana”, como já foi referendado anteriormente, apresenta uma visão fincada em bases disciplinares (ecologia e economia) e o componente político está associado aos encaminhamentos determinados nos fóruns mundiais. (VEIGA, 2010:26;34;151).

Destaca-se que, para Redclift (2003), o discurso da sustentabilidade é apresentado de modo diametralmente oposto à discussão proposta por Veiga

(2010), pois aprofunda o debate afirmando que “o debate natureza/cultura está sendo materialmente reescrito através da genética e da informática” e afirma que a:

[...] “sustentabilidade” tem, até agora, sido uma propriedade de diferentes discursos que tem se enfrentado na arena do interesse internacional [...]. Com as mudanças na materialidade e na consciência começamos a entrar num mundo no qual a “sustentabilidade” significa novas realidades materiais, bem como novas posições epistemológicas. (REDCLIFT, 2003:72)

Seguindo o viés contra-hegemônico acerca da sustentabilidade, Fernandes (2003:131) concorda com a análise de Redclift (2003), de que o conceito de desenvolvimento sustentável tem apenas sentido como discurso. Para argumentar, analisa que as categorias humanidade, de gerações futuras, de qualidade de vida entre outras presentes de forma recorrente nos textos que abordam os problemas ambientais são carregadas de sentido a – histórico ou então esvaziadas de conteúdo social:

[...] no conceito de Desenvolvimento Sustentável a idéia de equidade se enquadra neste conjunto de categorias “limpas ou neutras”, podendo ser considerada como um conceito vazio. Isto é destinado a ser enunciado de tal forma que não implica nenhum desdobramento consequente, não havendo nele substância como proposição possível. (FERNANDES, 2003:132)

A autora conduz sua argumentação para explicar que esse modelo de desenvolvimento apregoado a partir do conceito de desenvolvimento sustentável está distanciado do que ela denomina como “essência” de uma perspectiva crítica da forma de como o sistema capitalista se apropria da natureza na construção de um novo modelo societário, o qual denomina de ecologismo, não sinaliza para a supressão da ética perdulária característica desse modo de produção, desde o surgimento da indústria e não por alguma deficiência epistemológica ou metodológica.

Prossegue, usando o argumento, indagando como os órgãos (Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Mundial, e o grupo de países mais ricos de mundo – G-7) que financiam a disseminação do desenvolvimento sustentável, poderiam questionar o ordenamento sócio-político e econômico que os sustentam? Se assim o fizessem, “essas instituições estariam abandonando seus próprios papéis de mantenedoras da ordem econômica e social vigente”. (FERNANDES, 2003:133)

Em relação à solidariedade intergeracional, Fernandes (2003:141) a associa à característica do desenvolvimento sustentável vinculada à lógica do pragmatismo, como nos processos gerenciais quaisquer, haja vista a preocupação de gerir os sistemas e os ecossistemas de forma a contribuir para geração de estoques de capital natural enquanto demanda de produção e reprodução da ordem econômica vigente, desprovida de qualquer indicio de socialização da riqueza no futuro.

A compreensão da crise sistêmica que envolve toda a estrutura da ordem do capital é pressuposto essencial para compreender a dinâmica sócio-histórica da categoria analítica da sustentabilidade, pois é, em função dessa crise, que ocorrem “alterações profundas, quer no plano econômico objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideosubjetivo do reconhecimento de pertença de classe”. (NETTO 2012:426)

Esses elementos de expressões macrosocietárias são a mola propulsora de uma engrenagem de que emanam as demandas sociais. As mesmas que impõem ao Serviço Social uma demanda profissional no cotidiano das microssituações para enfrentar as expressões da questão social como um profissional intelectual com capacidade resolutiva, como condição para o fortalecimento da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Na pesquisa de campo, buscou-se apreender a compreensão dos profissionais de Serviço Social acerca da sustentabilidade no contexto do cotidiano profissional.

Os sujeitos da pesquisa, majoritariamente, ou seja, 68% concordam que sustentabilidade é um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação de investimentos, as alterações institucionais, os rumos do desenvolvimento econômico, social e político se interagem, tendo em vista as necessidades das gerações atuais e futuras, 15%, inferem que se trata de buscar maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos dos atos de consumo, de forma a contribuir para a formação de um mundo melhor; para 11% é a esperança de que a humanidade deixe de abreviar o prazo de sua inevitável extinção se souber cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende, e, apenas, 6%, que a sustentabilidade é um mecanismo do sistema capitalista para conduzir e legitimar as políticas ambientais globais em consonância com seu ritmo e sua lógica.

Ao articular o resultado da pesquisa de campo com a revisão de literatura, que verte tendência para o projeto societário contra-hegemônico à ordem do capital, constata-se que os sujeitos da pesquisa se coadunam com o discurso onde a sustentabilidade, enquanto corolário operativo do desenvolvimento sustentado é diametralmente oposto ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Embora a discussão sobre sustentabilidade no âmbito do Serviço Social seja recente, as produções existentes apontam para a necessidade mais premente da discussão sobre o tema ser ampliada e aprofundada, assim, procedeu-se, neste capítulo, ao cotejamento teórico das categorias analíticas desta dissertação, apresentando-se parte dos resultados da pesquisa de campo e efetuada a análise de conteúdo para, ao final, inferir acerca de qual racionalidade norteia a instrumentalidade do profissional do Serviço Social nos nos espaços sócio-ocupacionais da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos na cidade de Manaus, Amazonas.

A questão ambiental constituir-se numa expressão da questão social, enquanto elemento transversal, como será analisado no próximo capítulo, sem perder-se o fio condutor e o imbricamento das categorias que embasam esta dissertação e o papel do Serviço Social.

CAPÍTULO II

QUESTÃO AMBIENTAL: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ DE EDUCANDOS NA CIDADE DE MANAUS/AM

Para desvelar a resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade, tendo, como parâmetro analítico, o ambiente como uma das expressões da questão social e campo interventivo do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais, no âmbito do setor público ou setor privado, na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos na cidade de Manaus, Amazonas, considera-se apropriada uma breve digressão acerca da organização socioeconômica e cultural da Amazônia, para resgatar elementos históricos importantes, que rebateram na sua formação socioeconômica e que foram decisivos para a configuração socioespacial e geopolítica da área objeto do estudo.

2.1. Subalternidade: Traço histórico da gênese da questão social no Brasil e na Amazônia

A compreensão da formação socioeconômica e cultural da Amazônia e sua inserção no processo civilizatório ocidental, em hipótese alguma podem ser desvinculadas do mesmo processo que se desencadeou no Brasil, na condição de colônia portuguesa, sob a égide do imperialismo em seu período mercantilista. (BENAION, 2006).

Em sua obra, “Observações sobre a franqueza da indústria, e o estabelecimento de fábricas no Brasil”, José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu⁸ (1999:42; 43; 47), defende a tese de que dadas às características naturais, deve a agricultura ser o primeiro interesse do Brasil; considera ainda que a população principal seja a de escravos e a de gente livre (referindo-se aos brancos) é pequena, e o país não tem condição de rivalizar com a indústria manufatureira de países com tradição fabril secular.

Depreende-se, dos elementos acima citados, que a lição dos pressupostos das vantagens comparativas de Davi Ricardo em meados dos séculos XVIII e XIX

⁸ Considerado o primeiro economista brasileiro.

encontrou na Colônia Portuguesa, (i) um campo de aplicabilidade líquido e certo para o desenvolvimento do capitalismo concorrencial; (ii) o apoio da elite nacional aos interesses estrangeiros, em desfavor dos interesses nacionais e a (iii) a recorrente desqualificação da formação socioeconômica e cultural do povo brasileiro. (BENAION, 2006:39; 168)

A gênese da subordinação reiterada⁹ no transcorrer do processo de desenvolvimento do Brasil tem, como elementos fundantes, (i) a concepção do papel do Estado, que passa a se configurar a partir de 1822, com a independência do país; (ii) o regime de propriedade, onde a classe dominante era formada fundamentalmente por grandes agricultores escravistas. (BENAION 2006: 170-171)

Com as argumentações acima, Benaion comprova que a diferença entre as colônias sob o controle dos portugueses (Brasil) e ingleses (Estados Unidos), não se sustenta no chavão popular recorrente do “*tipo de gente*”¹⁰, que se deslocou para essas colônias, tão caro às inversões da racionalidade formal abstrata burguesa, mas, sim, na forma de uma determinada organização social, baseada em relações sociais de exploração.

Ao referenciar o período em que a coroa portuguesa deslocou-se para viver no Brasil, diga-se de passagem, sob a proteção dos ingleses, fugindo dos franceses, Prado Junior (1977:125) esclarece que a linha de desenvolvimento que caracteriza a evolução econômica brasileira foi tracejada pelo favor de circunstâncias de caráter internacional, e mesmo com a independência política de Portugal, ainda não se completou.

A inclinação em atender aos interesses alheios, em detrimento aos interesses do Brasil, pode ser constatada quando D. João VI declara a abertura dos portos da colônia a todas as nações amigas. Ato este adjetivado por Benaion (2006) como “medida de afogadilho”, tendo como principal beneficiária a Inglaterra.

Em relação à Amazônia, Reis (1968:17) afirma que a conquista da região efetuou-se por motivos econômicos, entretanto a lógica da exploração no período

⁹ Tese defendida por Noval Benaion, para explicar a recorrente subalternidade da elite brasileira à ordem mundial.

¹⁰ Expressão pejorativa carregada de preconceito, usada para desqualificar o povo brasileiro.

colonial não podia “amoldar-se aos sistemas de organização adotados por outras formas de vida”, e a região ficou naquilo que fora desde o início.

Estava posta a cobiça internacional no período mercantil, que não desistiu de seus interesses comerciais; a despeito da existência de uma floresta densa, exuberante e condições climáticas adversas, à região passou a ser o empório de materiais primas do mundo tropical, haja vista que a especiaria oriental entrava em crise, e os fornecedores precisavam satisfazer as exigências dos consumidores. (REIS, 1968).

Dessa ocupação por questões econômicas, desprovida de altruísmo e qualquer objetivo de espírito científico ou espiritual exequível, originou-se um comércio que se desenvolveu, velozmente, dando origem à miscigenação da população, à escravização dos nativos e ao uso de técnicas locais, no contexto do saber dos povos indígenas e envolvia atividades na área florestal, animal, agrícola, criatória e manufatureira, sob os auspícios do poder público, por apresentar rendimento apreciável, pois o extrativismo não cessou e tratava-se de uma experiência agrária exitosa (*IDEM*, 1968).

Ao observar o impacto causado na Amazônia, como fornecedora de matéria-prima para o aproveitamento industrial da borracha na Europa e nos Estados Unidos, Reis (1968:19) apresenta três elementos determinantes no processo da formação socioeconômica e cultural da região; o primeiro de ordem econômica, o segundo de ordem ecológica e o terceiro de ordem social: (i) a economia então existente pelo esforço do homem sobre a terra sofre regressão e entra em colapso; (ii) a floresta sofre uma pressão antrópica, até então desconhecida, muito maior do que no período colonial e, (iii) os trabalhadores nativos, caboclos, que foram os primeiros a descobrir as áreas de seringueiras, perderam a supremacia da aventura rendosa, para os trabalhadores em grande número do Nordeste que adentraram a Amazônia.

A Amazônia é a derradeira fronteira para a expansão do capital, por isso, no século XXI, a sustentabilidade da região, travestida de ambiental, mas que na sua origem, como demonstrado anteriormente, é a sustentabilidade do capital, essa é a palavra chave, por isso as estruturas sociais que vivem e resistem neste território

são pressionadas, pois seu *modus vivendi* não se coaduna com o dos colonizadores.

O “viver conforme a natureza” difundido em inúmeras cartas trocadas entre províncias, entre o clero e a coroa, entre os colonizadores e os seus dirigentes, entrava em choque frontal com o Estado autoritário que, para viger entre os nativos, teria que esfacelar os belicosos, os nômades, os antropófagos (GODIM, 2007; 53)

Depreende-se que a formação socioeconômica da Amazônia desde a sua gênese encontra-se no centro do embate de disputa de projetos societários antagônicos.

Porém, a Amazônia é um território complexo; não é produto de um processo de evolução da natureza, mas, sim, de aspectos decisivos de configuração, pois a sua maravilhosa exuberância natural é “como um castelo construído na areia” (MAGGERS, 1977:191); sua constituição é resultado, também, dos processos de adaptabilidade do ser humano, nem sempre a ação antrópica foi de exploração nos moldes conhecidos e desenvolvidos pela civilização ocidental:

[...] Este não é simplesmente um julgamento teórico, baseado na composição do solo e outros fatores constitutivos tais como chuva, temperatura, processos químicos e físicos, etc. É uma conclusão que se apóia cada vez mais na observação dos efeitos da exploração humana contemporânea. O homem nem sempre foi um elemento destruidor da Amazônia. Pelo contrário, nos milênios após sua chegada permaneceu um membro em harmonia com a comunidade biótica. Os primeiros imigrantes eram caçadores e coletores [...] como os Sirionó e os Kaiapó¹¹ ainda o fazem na estação seca.

A capacidade teleológica do homem tem, nas populações indígenas, uma sinergia com natureza fincada na dinâmica dos aspectos físicos-bióticos, diferentemente da civilização ocidental. A constatação de Maggers (1977) corrobora para refletir a tipologia da adaptabilidade humana nos diferentes grupos sociais, a partir das escolhas que esses grupos desencadeiam, neste caso, o estudo da obra de Márcio Souza é ilustrativo.

Na obra “A expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo”, de Márcio Souza e resenhada por Corrêa da Silva (1999), onde o autor indica o descompasso do desenvolvimento no Brasil, em meados da virada do século XIX

¹¹ Duas das populações indígenas da Amazônia estudadas por Betty Maggers (1977) para compreender a adaptação cultural ao meio ambiente da terra firme em relação ao regime pluvial.

para o século XX. Nas regiões onde gravita o centro do poder, o país mergulha no processo industrial, e o Amazonas para no extrativismo exportador / importador.

(...) A Amazônia do ciclo da borracha sai dos limites do colonialismo português e entrega-se ao romantismo da aventura capitalista. Porém o romantismo fez com que os coronéis da borracha amassem mais a aventura da especulação que a solidez econômica.

Neste período, Silvério Nery¹² dá a largada ao caciquismo político no Amazonas: lugar onde a tecnologia era pouquíssima, a educação direcionada para a elite e a população nativa explorada no limite da servidão.

A decadência abateu a região a partir de 1910, em decorrência da entrada no mercado internacional da borracha produzida na Ásia. Nos anos vinte, enquanto São Paulo amadurecia e competia, o Amazonas delirava na sua monocultura que, durou até meados de 1930.

Denota-se, na obra de Márcio Souza, que a formação dos processos sociais civilizatórios na Amazônia segue a lógica de expansão do capital, pois, no período da bancarrota do ciclo econômico da borracha, o interesse desse caráter expansionista estava voltado para o processo de industrialização do Brasil na região Sudeste do país.

Ao analisar o pensamento econômico do período de implantação do sistema industrial brasileiro, nas décadas de 30, 40, 50 do século passado, Bielschowsk (2000) o denomina de desenvolvimentismo, enquanto a ideologia de transformação da sociedade brasileira vinculada a um projeto econômico pautado nos seguintes pressupostos: (i) a indústria como via de superação da pobreza; (ii) impossibilidade de esperar as forças espontâneas do mercado, por isso a necessidade de planejamento estatal, que deve definir a expansão desejada e direcionar os esforços para os setores; (iii) captação e orientação de recursos financeiros e investimentos diretos onde a iniciativa privada seja insuficiente.

A controvérsia¹³ entre Gudin e Simonsen demonstra que os mesmo disputaram ideologicamente no campo macroscópico do mesmo projeto societário,

¹² Governador do Amazonas no período de 1900 a 1904

¹³ Disputa de concepções econômicas entre o economista liberal Eugênio Gudin o industrial Roberto Simonsen acerca da industrialização no Brasil no Governo Vargas entre 1944/45.

pois ambos defendiam os interesses essenciais de grupos no interior do projeto societário da classe dominante.

Paralelamente, enquanto Gudín e Simonsen defendiam coletivamente os interesses da elite industrial que estava se forjando no Brasil, Manaus, na análise de Márcio Souza, vivia um marasmo socioeconômico e cultural; período em que as notícias demoravam a chegar, e, até ao final dos anos cinquenta, a população da cidade sofria com a falta de energia elétrica, enfim: e desolação era completa.

Em relação à criação da Zona Franca de Manaus, é patente, para Márcio Souza, que o Estado “mostra-se incapacitado e não assume seus postos, a não ser o de subalternos (...) não decepcionou a elite” e seu vínculo orgânico com as multinacionais, permite a instalação de uma economia espoliadora e subtrai o poder de negociação da zona amazonense.

Nesta posição, coteja-se que Márcio Souza e Noval Benaion apresentem similitudes na análise acerca da conjuntura política do Brasil, que incide diretamente na conjuntura socioeconômica, ou seja, a tese da subordinação reiterada, incidindo diretamente no território Amazônico e mais especificamente na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos na cidade de Manaus.

Infere-se que a criação da Zona Franca de Manaus – ZFM poderia até ser comparada com a (re) atualização da abertura dos portos a nações amigas promovida por Dom João VI, como uma estratégia do processo de transnacionalização do capital, sob a égide do discurso do governo militar acerca do desenvolvimento regional da Amazônia, viabilizando o desenvolvimento da *regionalização do capitalismo*¹⁴ e que foi denominado de Operação Amazônia. (SERÁFICO&SERÁFICO, 2005)

O processo de formação socioeconômica e cultural da Amazônia é extenso, emblemático, e sua compreensão é determinada pela visão de mundo e de homem que os indivíduos sociais e coletivos materializam ao longo do processo sócio-histórico de ocupação do território.

¹⁴ Destaque dos autores.

Portanto, a superação da subalternidade implica “Libertar-se do subdesenvolvimento (...) assumindo a própria identidade e recuperando a autoestima”. (BENAION: 2006)

É necessário romper a lógica da vantagem comparativa a favor dos interesses do capital internacional vigente desde o período colonial, para estabelecer a lógica emancipatória fincada em um projeto societário que garanta a dignidade socioeconômica e cultural dos povos da Amazônia.

2.2. Questão Social e Serviço Social no Amazonas

Para a compreensão temática desses elementos conceituais, na formação socioeconômica e cultural da Amazônia, optou-se pelo cotejamento que Silva (2008) desencadeia acerca da questão social a partir do pensamento de Octavio Ianni e Luiz Eduardo Wanderley posto que esses autores expõem as expressões da questão social frente à variabilidade e diversidade latino americana, requisitos esses essências para compreensão da resiliência.

Em sua análise, a autora afirma que, para Octavio Ianni, a questão social é concebida como inerente à ordem burguesa e, também, produto das contradições, conflitos e lutas que configuram o processo de formação social brasileiro, ou seja, a questão social é constituinte de um processo histórico, que se expressa nas lutas sociais contra a escravidão indígena e a expropriação do negro. (SILVA, 2008:128; 130)

Deste modo, infere-se que o elo da subordinação reiterada, acima desvelada no bojo da formação socioeconômica do Brasil e seu desdobramento na Amazônia é perpassado pelo capital, fazendo uso de sua característica expansionista independente do território, ao mesmo tempo em que encontra resistência, encontra subordinação.

Continuando sua análise, a autora encontra, em Wanderley, o desvelamento desse conceito, primeiro porque o autor amplia: (i) o território de sua análise para a América Latina e também (ii) amplia a discussão “para além dos marcos do mundo do trabalho(...) somando-se a este, outras relações como gênero, etnia, identidade cultural, etc”. (SILVA, 2008; 136)

Consolida-se a o elo orgânico para completar o traço à subalternidade, no contexto da formação socioeconômica do Brasil e seu desdobramento na Amazônia: o aspecto cultural. A autora considera, ainda, a importância dessa ampliação para o Serviço Social e afirma que Wanderley:

(...) alerta para a necessidade de se enxergar as outras faces da questão social, faces, aliás, bem conhecidas pelo Serviço Social, mas que correm o risco de não serem compreendidas e devidamente valorizadas no conteúdo da formação profissional, enquanto expressões da velha questão social desestorizando e despolitizando o problema indígena, do negro, da mulher, a questão da identidade cultural, etc. (SILVA, 2008: 137)

A cultura é a mola motriz da adaptabilidade humana. É por seu intermédio que o homem enfrenta e supera as adversidades em relação à natureza, mas também é, por seu intermédio, que o mesmo homem impõe à natureza um processo de expropriação, em nome de um processo civilizatório que, também, expropria e precariza a vida de outros homens e se manifesta por intermédio da questão social.

Um recorte histórico da questão social na Amazônia é o trabalho de Dias (1999), que retrata a transformação ocorrida na cidade de Manaus – Amazonas, no período da “ilusão do fausto”¹⁵ e seus rebatimentos na formação socioeconômica e cultural da cidade e sua influência na região amazônica:

A cidade, antes espaço comum, modifica-se, estratifica-se segundo uma nova configuração, a de classe. Para tal adequando-se para uma função social nova. A modernidade traria um novo estilo de vida e grandes transformações, não só materiais, como também espirituais. (DIAS, 1999:30)

É, no contexto da configuração de classe social, que o fausto da borracha apresenta a sua principal característica, a contradição: a produção coletiva da riqueza e a sua apropriação privada, donde, então, emergem os primeiros fragmentos das expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social.

É na contradição que emergem as expressões da questão social que é possível identificar a resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade, a partir da análise recorrente do contexto sócio-histórico que forja os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social no Amazonas.

¹⁵ Expressão cunhada por Marcio Souza, para caracterizar a falácia do ciclo econômico da borracha na região.

Após algumas modificações em 1927, sob a influência da criação, por parte da União, do “Código de Menores” que instituiu Serviço de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes, o estado do Amazonas cria as condições para a intervenção governamental em uma das expressões da questão social, enquanto herança da “ilusão do fausto”, que já tinha ido à bancarrota e se materializa na condição de crianças abandonadas, exploração do trabalho e prostituição de crianças e adolescentes.

Assim, é criado, no Amazonas, pela Lei 18 de 21 de setembro de 1935, o Juizado de Menores que, em face às novas demandas acima mencionada e à promulgação da Lei 152 de 01 setembro de 1936, com a função de regularizar a matrícula dos menores que trabalhavam nas ruas, o que demonstra a preocupação dessa instituição no ajustamento às regras do mundo capitalista urbano. (CORRÊA DA SILVA E SCHERER, 2011)

Frente a essa demanda, formou-se, no Juizado de Menores, por iniciativa do Juiz André Araújo, um quadro de recursos humanos, composto por duas visitadoras domiciliares, com a função precípua de registrar em livros o atendimento realizado com os menores. Assim estavam postas as bases locais e considera-se apropriado relaciona-las como as protoformas profissionais, para a criação do curso de Serviço Social no estado do Amazonas. (CORRÊA DA SILVA E SCHERER, 2011).

O primeiro curso de Serviço Social a ser criado na América Latina foi em 1925 no Chile. No Brasil foi criado em 1936, sob a tutela da Doutrina Social da Igreja Católica com a influência franco-belga.

Em 15 de janeiro de 1941, a Escola de Serviço Social do Amazonas foi fundada oficialmente. Foi o terceiro curso implantado no Brasil, o primeiro foi em São Paulo (1936) e o segundo, no Rio de Janeiro (1937), seu objetivo era o de assegurar aos seus alunos: “Conhecimento prévio dos problemas sociais, técnica especial de trabalho e compreensão elevada da necessidade de coordenação de esforços”. (CORRÊA DA SILVA E SCHERER, 2011)

Decorridos vinte e seis anos, a Escola de Serviço Social do Amazonas foi agregada à UFAM e, em 1972, passou a fazer parte do patrimônio desta Instituição Federal de Ensino – IFES, quando seus proprietários lavraram a escritura pública de doação à UFAM. (BRITO, 2011)

O curso foi absorvido pela UFAM, justamente no período de criação por parte do Governo Federal, 1967, do Modelo Zona Franca de Manaus – ZFM, que será objeto de análise na próxima sessão.

No interstício de tempo de setenta anos, entre a criação e a configuração atual da formação profissional, pode-se afirmar que o Serviço Social é uma profissão, de caráter interventivo, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho especializado, no modo de produção capitalista e que, no Brasil (i) se formou e desenvolveu no marco das forças societárias sob a hegemonia burguesa e, (ii) ao mesmo tempo, é fruto dos sujeitos que a constroem e a vivenciam socialmente. (IAMAMOTO, 2008:57; 58).

A construção social desta configuração profissional trata-se de uma disputa em que o projeto profissional, atualmente hegemônico, luta para que a formação profissional consolide-se fincada na teoria social crítica (fundada na tradição marxista), para superar o histórico conservadorismo da profissão e a recorrente subalternidade da profissão frente a outras. (NETTO *apud* GUERRA, 2009).

Registra-se, ainda, que o Serviço Social, enquanto profissão que se insere na divisão sociotécnica do trabalho, a partir de seus pressupostos teóricos metodológicos não pode prescindir de capacidade analítica acerca do ambiente como parte constituinte do tecido social onde se materializa a intervenção profissional, o que exige que os profissionais de Serviço Social investiguem acerca dessa temática como uma demanda profissional, que exige uma intervenção multiprofissional qualificada.

Assim pressupõe-se que, os profissionais que reconhecem a questão ambiental como uma expressão da questão social, denotam, que é possível ultrapassar a intervenção tradicional pautada no indivíduo, para os princípios emancipatórios, quando se avança para o eixo do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

2.3. Breve contextualização do processo de antropização da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos na cidade de Manaus/AM

Nas sessões anteriores, foi realizada uma digressão acerca da formação socioeconômica e cultural da Amazônia e a inserção do Serviço Social no contexto sócio-histórico do território e do espaço da região. Nesta sessão, é abordada a contextualização do *lócus* da pesquisa nesta dissertação, a Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE na cidade de Manaus – Amazonas.

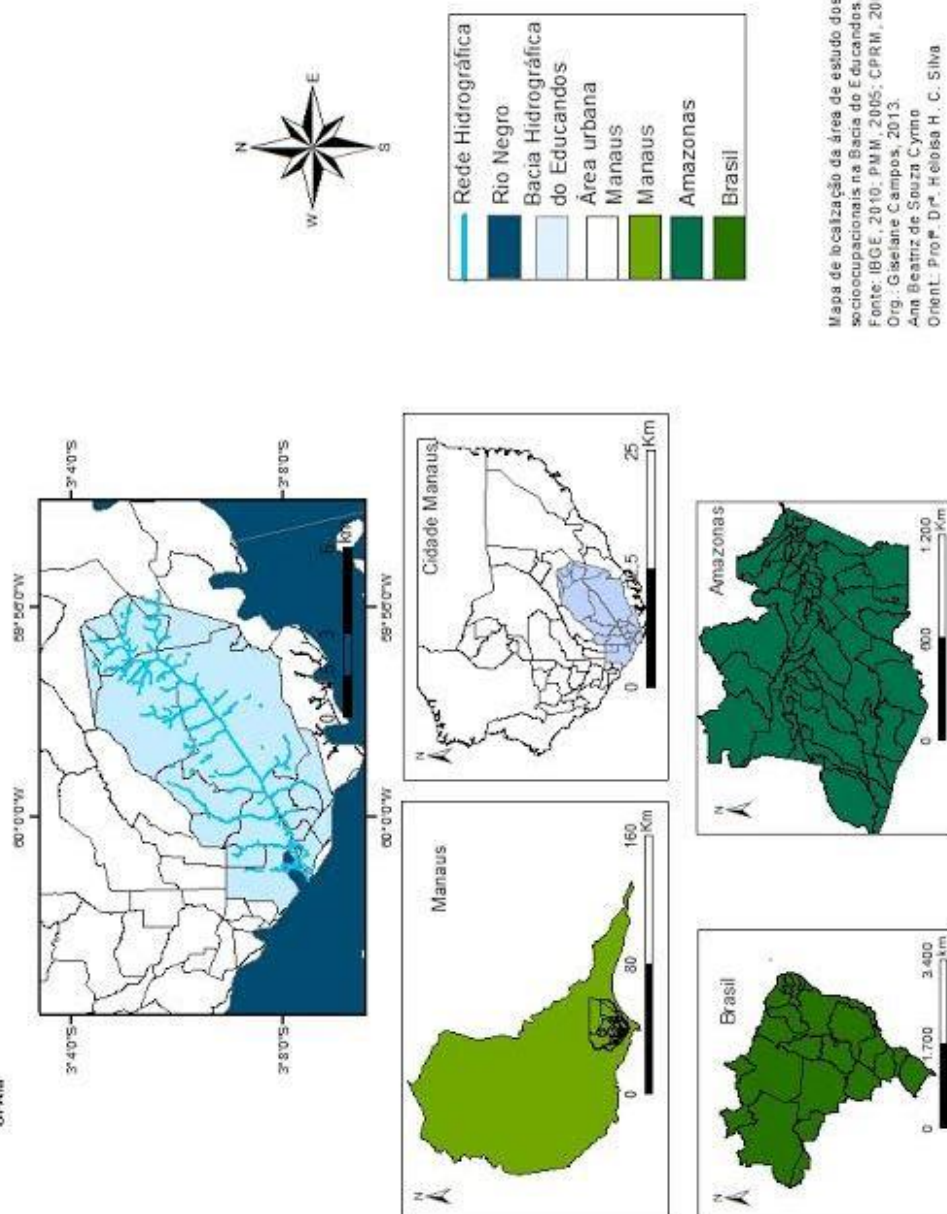
É importante caracterizar que a Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE, (FIGURA I) a seguir apresentada, encontra-se localizada na porção sudeste da cidade de Manaus, em um território de 44,87km², é composta por porções de dezenove bairros Centro, Praça 14, Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroadó, Educandos, Colônia Oliveira Machado, Santa Luzia, Morro da Liberdade, São Lázaro, Bethânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares, Distrito Industrial I e Distrito Industrial II, destacando-se 80% da área do Distrito Industrial de Manaus.

A referida Bacia Hidrográfica apresenta características antrópicas bem acentuadas, com um adensamento populacional na ordem de 21% do contingente populacional do município (Censo/2010), em decorrência dos processos socioeconômicos e político-culturais que seu território recebeu a partir do ciclo econômico da borracha.

A partir de uma análise comparativa dos resultados dos dois últimos Censos Demográficos, é possível abstrair algumas considerações.

FIGURA I – Mapa de Localização do Estudo

O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social:
Sustentabilidade, Resiliência Instrumentalidade na cidade de Manaus /AM - PPGSS/UFAM



No Censo 2000, a população residente da área da BH/IE era de 342.167 pessoas e representava 24% em relação à população do município de Manaus que contava com 1.405.805 pessoas; por sua vez, no Censo 2010, o município de Manaus foi dimensionado com uma população na ordem de 1.802.525 pessoas, mesmo com um incremento população na BH/IE que passou para 388.434 pessoas, a proporção em relação à população geral do município foi menor e ficou na ordem de 21%, ou seja, pode-se inferir que a ocupação do território, enquanto espaço geográfico, encontra-se cristalizada pela ação antrópica.

Conforme já mencionado, a configuração da ocupação territorial da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE, em Manaus, remonta ao período do ciclo econômico da borracha, trata-se de um período que teve início na metade do século XIX e se extinguiu no primeiro quartel do século XX.

Neste período, o espaço urbano da cidade sofreu profundas transformações pelo forte fluxo migratório composto desde mercenários, viajantes, trabalhadores e a emergência de uma população pobre e carente, em decorrência do *frisson* para torná-la a Paris dos Trópicos, atendendo à demanda de uma elite que se forjava em torno da economia gerada pela extração e comercialização da *hevea brasiliensis* com conexões com o poder local e o capital financeiro internacional.

[...] antes do apogeu da borracha, na área urbana de Manaus conviviam ricos e pobres, brancos, índios, mamelucos e mestiços [...] Aos trabalhadores são destinados as áreas mais desvalorizadas e distantes. A área urbana amplia-se com a criação de novos bairros [...] São Raimundo, Constantinópolis (Educandos), Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Mocó e Tocos [...] segregando a pobreza, pois a maioria deles além de distantes eram separados do centro por igarapés, sendo o meio de transporte realizado por catraias, muitas vezes serviço de péssimo atendimento [...]. (DIAS, 2007:27; 124)

Esse perfil do fluxo migratório que adentrou na cidade de Manaus por ocasião do *boom* da borracha não é diferente do perfil da migração que a cidade recebeu a partir da implantação do modelo Zona Franca de Manaus - ZFM em meados dos anos setenta do século XX.

Essa heterogeneidade de pessoas que permeia a migração e transita entre o mercenário e o trabalhador é característica precípua do capital enquanto relação social impregnada pelas forças produtivas eivadas pelo seu caráter expansionista.

Os bairros Constantinópolis (Educandos), Colônia Oliveira Machado e Cachoeirinha, acima mencionados, são bairros com porções de território que

compõem a Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos e mantém, na atualidade, em conjunto com os outros bairros com porção territorial na referida bacia, a mesma função social que lhes deu origem: sua população hegemonicamente é constituída por proletários, concorda-se com a afirmação de Dias (2007) oportunamente citada, acerca do formato de configuração de classe social que a cidade passa a refletir.

Esta função social foi consolidada a partir do segundo quartel do século passado, quando por ocasião da retração econômica ocasionada pela entrada dos produtos asiáticos no mercado internacional e o conseqüente declínio do ciclo econômico da *hevea brasiliensis*, uma massa de desempregados foi contingenciada, em decorrência da falta de acesso às áreas residências disponíveis na periferia do centro da cidade, a se concentrar às margens dos igarapés, no entorno do porto flutuante e do mercado Adolpho Lisboa, quando então, as palafitas passaram a compor a paisagem urbana da cidade, constituindo o fenômeno social que ficou conhecido como cidade flutuante, extinta por ação governamental em 1965.

O bairro Constantinópolis (Educandos), na foz da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos com o Rio Negro, contra a correnteza das águas, passou então a ser o ponto de partida para a ocupação território da referida bacia até a montante.

Desde então, a Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos passou a ter seu espaço territorial ocupado. Neste caso, propugna-se uma compreensão relacional e processual do território, considerando-o como enraizamento, ligação social do homem com a natureza terrestre e como produto de contradições das relações sociais. (SAQUET, 2010:58).

Imbricado neste contexto geográfico, humano e social, o Serviço Social passa a fazer parte dessa compreensão relacional e processual de ocupação do território, com o desenvolvimento das grandes instituições sociais no período do Estado Novo (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988:255; 256), é implantado nas cercanias do território da referida bacia, o Educandário Gustavo Capanema, para abrigar e educar filhos saudáveis de pais hansenianos, mantido pela Sociedade Eunice Weaver de Manaus fundada em 1932.

A Zona Franca de Manaus – ZFM, criada em 1957, é oriunda de Projeto de Lei em 1951 do deputado Francisco Pereira; foi regulamentada em 1960; e

implementada em 1967 para promover o desenvolvimento no interior da Amazônia, enquanto estratégia governamental de desenvolvimento, transferindo o centro de gravidade da economia do Estado e da Amazônia, fincada no interior para Manaus, (Batista, 2007:350) que, a partir de então, passou a receber um forte fluxo migratório, gerando demandas de políticas públicas de diversas naturezas, nem sempre atendidas pelas instâncias governamentais, fazendo com que a população buscasse suas próprias alternativas, especialmente no que diz respeito à questão da ocupação territorial. Em relação a essa afirmação, encontra-se a assertiva de Salazar (2004:) acerca desta questão:

(...) o movimento migratório, também sem precedentes, imprimiu à cidade um crescimento desordenado, cujo traçado irregular deve-se, principalmente, aos assentamentos improvisados. Nesse sentido, às demandas populacionais por serviços de infra-estrutura básica, água, esgoto, pavimentação, iluminação elétrica etc. não há resposta imediata.

A história não se repete, mas os traços de um modelo político (local/nacional) aliado ao capital financeiro internacional, do mesmo modo que o primeiro ciclo econômico, o da borracha, (fornecedor de matéria-prima), forjou outro ciclo econômico, a Zona Franca de Manaus – ZFM (fornecedor de mão de obra) para alimentar a reprodução das relações sociais do modo de produção capitalista como bem explicita (SERÁFICO&SERÁFICO, 2005:99; 100):

A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de “condições de meios de vida” e infra-estrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de “rentabilidade econômica global”. De fato, sua criação e desenvolvimento sempre estiveram atrelados a circunstâncias político econômicas locais, nacionais e mundiais.

Neste contexto, a demanda por território é também a do capital que recebeu do poder público a destinação em uma área de 16 km² no território, onde foi implantada uma infraestrutura básica para a instalação de empresas, denominado Distrito Industrial – DI e atualmente é chamado de Polo Industrial de Manaus – PIM, 80% dessa porção de terra ocupa o território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos BH/IE.

A contradição instalada passa a ter visibilidade que é o objeto do Serviço Social, denominado de expressões da questão social. O capital recebe incentivos fiscais, território e infraestrutura, muito diferente da população que, como bem

elucida Salazar (2004), não tem do poder público a mesma velocidade de respostas auferidas ao capital.

Ao analisar o aumento espantoso do número de empresas em atividade em Manaus, em decorrência da implantação da Zona Franca de Manaus – ZFM, (Batista, 2007:346; 347) elabora uma gradação de (i) máximo quanto a casas comerciais, cujo número a Junta Comercial não tem condição de indicar; (ii) moderado de empresas industriais, a partir de um levantamento no Anuário de 1974 da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA o qual indica que 138 Projetos Industriais aprovados 97 haviam sido implantados criando teoricamente 26.460 empregos.

Com um interstício de quase dezesseis anos entre a proposição e a implementação do modelo Zona Franca, Seráfico e Seráfico (2005:100) apresentam uma percepção diferenciada de Djalma Batista (2007) e contextualiza a ZFM no bojo da Operação Amazônia como forma sintética da articulação entre a “ordem mundial”, “a ordem nacional” e a “ordem regional”, ou em termos mais objetivos, a Zona Franca de Manaus é que:

(...) resolve no plano nacional, o modo por meio do qual ocorreria a regionalização do desenvolvimento capitalista. Isto é a Operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital.

Estão postas as bases geopolíticas para a compreensão relacional do espaço e do território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.

O Distrito Industrial de Manaus teve 80% de sua área geográfica, como denomina Milton Santos *apud* Cardoso (2007:40), “território utilizado” delimitada na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos, o que acelerou e fez emergir, no seu entorno e na cidade de Manaus, um mosaico das expressões da questão social, expresso pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista, além da dimensão socioeconômica é exposto pela degradação ambiental da ocupação urbana desordenada do território, especialmente nas margens dos igarapés, cuja paisagem ficou cristalizada pelas casas palafitas, originalmente vinculadas à cidade flutuante.

Os desafios enfrentados pelas grandes cidades brasileiras são rebatimentos das mudanças pelas quais a economia mundial tem passado com afirma Paul

Singer, (2002: 97). Portanto, em Manaus, a terceira revolução industrial à voga do neoliberalismo e globalização culminou no início da década de noventa, com a mudança na política econômica, quando o então Presidente da República promoveu a abertura do mercado, alterando a base de arrecadação da Zona Franca, que era fincada em um sistema de incentivos fiscais, circunscrito a uma parte do território da Amazônia.

Com o redesenho nos anos noventa do modelo, nos moldes neoliberais, o Polo Industrial de Manaus – PIM, se mantém a custa de disputas políticas no Congresso Nacional em meio ao que Singer (2002:112) denomina de “processo de centralização global ainda em curso” por intermédio da guerra fiscal, onde recursos públicos são repassados de forma unilateral a Empresas Multinacionais – EMNs, o que contribui para o aprofundamento dos processos de degradação socioambiental do território.

Esses fatores conjunturais são determinantes na formulação de políticas públicas, enquanto uma forma privilegiada de controle das demandas sociais que emergem da contradição entre a produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada.

Não se pode perder a perspectiva de que as políticas públicas são o resultado da luta e das reivindicações dos trabalhadores, considerando-se que a questão social é também a rebeldia e a luta contra as condições de vida impostas pela necessidade expansionista intrínseca do capital pelo lucro.

Desde 2004, a Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos é objeto de uma ação governamental denominada de requalificação social ambiental e urbanística da área, chancelada pelo Governo do Amazonas, com o apoio (empréstimo) financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM que, em 2014, encerrará sua segunda etapa de intervenção na referida bacia hidrográfica.

Após as intervenções do PROSAMIM I nos igarapés de Manaus, Bitencourt e Mestre Chico, onde a ação governamental materializou-se com (i) o reassentamento da população para habitações em solo criado, (ii) o remanejamento para outras áreas da cidade ou as indenizações e (iv) o embelezamento da área central da cidade; a grande obra do PROSAMIM II, que mantém essas mesmas ações, tem a

característica específica de criar um corredor viário para ligar o centro da cidade ao distrito industrial, com a finalidade de melhorar a circulação de mercadorias, neste caso, a circulação de pessoas também tem a conotação de mercadoria.

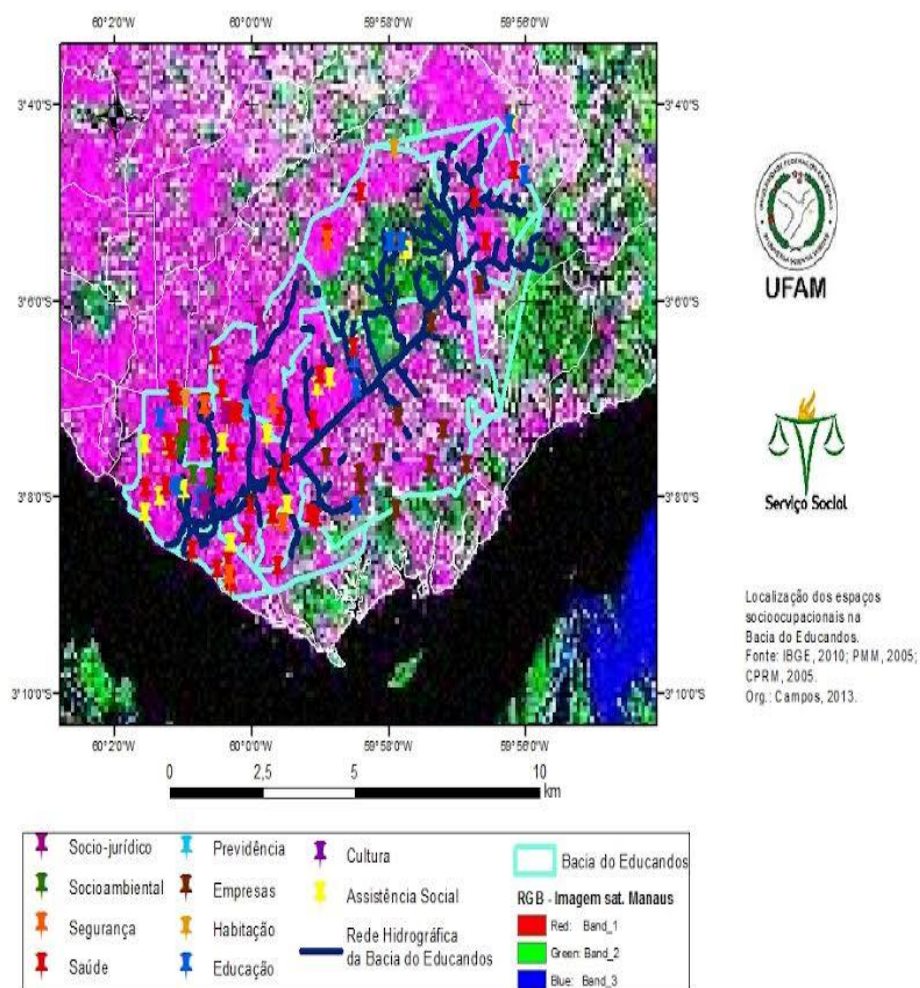
O embelezamento da cidade é uma meta perseguida por várias administrações públicas ao longo da história da cidade. Iniciou no governo Tenreiro Aranha (1852), no governo de Eduardo Ribeiro, no final do século XIX, com a pretensão de tornar Manaus a Paris dos Trópicos, passando pelo prefeito Alfredo Nascimento em 1997, que aventou a possibilidade de, transformá-la na “Nova Veneza”, chegando ao terceiro milênio com o PROSAMIM no governo Eduardo Braga (COSTA JÚNIOR e NOGUEIRA, 2010)

São entre esses meandros da ação pública e as demandas sociais a ela inerentes, que são forjados os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, onde os profissionais são instigados a identificar suas demandas profissionais romper com a alienação cotidiana recorrente.

Exatamente neste ponto cabe uma inflexão acerca da determinação em definir como *locus* da pesquisa, o território de uma bacia hidrográfica; os igarapés, na ótica do capital, atrapalharam o embelezamento da cidade, quando não podem ser transpostos por pontes, são aterrados.

A Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos - BH/IE, foi antropizada no contexto da totalidade da racionalidade burguesa. Na medida em que a natureza tem o valor da utilidade que ela representa como matéria-prima, no caso, o solo criado, para gerar mais-valia e ponto; então, nesse padrão de urbanidade, o igarapé, precisa atender a uma função social do processo de urbanização, o que pode ser constatado nitidamente na Figura II a seguir apresentada:

FIGURA II – Antropização do Território e os Espaços Sócio-Ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos.



Pesquisa de campo (2013)

A Figura II demonstra nitidamente, na cor magenta, o desflorestamento e a consequente antropização do território da referida BH/IE¹⁶, delimitada na imagem pelo tom azul clara, onde estão identificados os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. No caso, o processo de urbanização do território criou demandas sociais cujo atendimento se materializa em serviços sociais institucionalizados.

Também se constata, na imagem desta malha urbana, o traçado (subterrâneo) dos igarapés tributários na formação da BH/IE demarcado na cor azul escura, que na dinâmica da vida cotidiana é como se não existissem.

Este solo criado é o vetor do forte adensamento populacional, em decorrência das condições de infraestrutura, ou da falta dela, que são forjadas como uma contingência do desenvolvimento da cidade, ou naquilo que Seráfico e Seráfico (2005) denominaram de processo de transnacionalização da Amazônia.

No processo de ocupação do território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos, além das demandas por serviços sociais e urbanos, há ainda outra demanda, trata-se da iminência de situações de risco, em função da impermeabilização do solo e o aterramento dos igarapés, causando alagações, com perda de vidas e de bens materiais, o que obrigam a população a abandonar o local onde mora.

Áreas de Risco, de forma ampla, são constituídas por processos naturais geossistêmicos (BERTRAND, 2004) e pela Formação Sócio-espacial (SANTOS, 1977), onde a falta de planejamento urbano e infraestrutural, desigualdade e injustiças espaciais são elementos básicos. (MACENA e COSTA, 2012)

Está assim configurada uma expressão da questão social, a população em situação de risco, que, na atualidade, e a médio e longo prazo, se apresenta como uma demanda que exige intervenção profissional qualificada.

Na pesquisa de campo ao serem indagadas se têm conhecimento de que atuam profissionalmente no território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos, 59% responderam que sim, 17% responderam que não, mas consideram uma informação importante para qualificar a atuação profissional; 4% são indiferentes, pois os usuários do Serviço Social são, em sua maioria, de outras áreas da cidade, e 2% indicaram outro argumento.

¹⁶ A porção identificada na cor verde, dentro da área de delimitação da Bacia Hidrográfica, é o fragmento florestal do Campus da UFAM.

Mas, é importante destacar que o conhecer, necessariamente, passa por um aprofundamento acerca do objeto de conhecimento, para qualificar a dimensão interventiva da prática profissional, o que implica uma apropriação da variabilidade e diversidade da dinâmica cotidiana em seus aspectos físicos, bióticos e antrópicos para uma aproximação do real concreto da população usuária dos serviços sociais disponíveis nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

No transcorrer da pesquisa no território da Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos foram identificados e mapeados 09 campos de atuação profissional, distribuídos em 92 (noventa e dois) espaços sócio-ocupacionais.

Define-se nesta dissertação qual campo tem uma conotação abrangente e abstrata, pois se vincula a política pública e/ou o ramo de atividade, enquanto que espaço sócio-ocupacional se refere de forma direta e concreta, ao local georeferenciado onde o profissional de Serviço Social exerce suas atribuições profissionais.

QUADRO I – Síntese dos Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos por Campo de Atuação / Natureza do Empregador

Nº	CAMPO DE ATUAÇÃO	Natureza do empregador						Total
		Público Federal	Publico Estadual	Publico Municipal	Privado	Entidade Filantrópica	ONG	
01	Assistência Social	-	11	04	-	03	-	18
02	Cultura	-	01	-	-	-	-	01
03	Educação	05	01	-	04	-	-	10
04	Empresa	01	-	-	11	-	-	12
05	Habitação	-	01	-	-	-	01	02
06	Previdência	01	01	-	-	-	-	02
07	Saúde	04	12	19	04	-	-	39

Nº	CAMPO DE ATUAÇÃO	Natureza do empregador						Total
		Público Federal	Publico Estadual	Publico Municipal	Privado	Entidade Filantrópica	ONG	
08	Socioambiental	-	04	-	-	-	-	04
09	Sociojurídico	-	03	-	01	-	-	04
TOTAL		11	34	23	20	03	01	92

Pesquisa de campo (2013)

Nesta síntese é visível que mesmo com o processo de municipalização dos serviços advindo com a CF/88, o Estado majoritariamente é o principal prestador de serviços sociais na área de estudo.

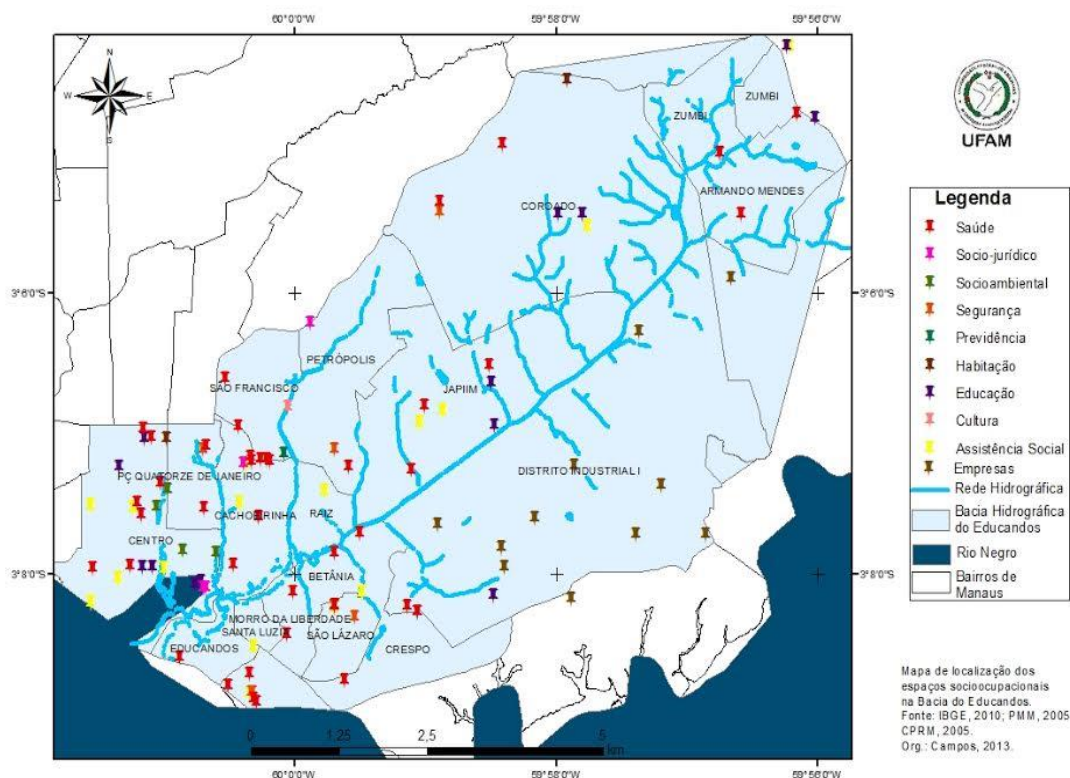
No próximo capítulo serão analisados outros desdobramentos que emergiram no resultado da pesquisa acerca dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

CAPÍTULO III

A RESILIÊNCIA NA DIMENSÃO INTERVENTIVA DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO IGARAPÉ DE EDUCANDOS NA CIDADE DE MANAUS/AM FRENTE À QUESTÃO AMBIENTAL

No emaranhado de forma e conteúdo do mosaico socioambiental que anima a vida e dá função social aos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, foram identificados na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos, 09 (nove) campos de atuação profissional, a seguir elencados em ordem alfabética: assistência social; cultura; educação; empresa; habitação; previdência; saúde; socioambiental e sociojurídico e georeferenciados conforme são apresentados na Figura III.

FIGURA III – Mapa de Localização dos Espaços Sócio-Ocupacionais do Serviço Social por Campo de Atuação¹⁷



Pesquisa de campo (2013)

¹⁷ ERRATA: O campo segurança compõe o campo sociojurídico

3.1. Os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e a Questão Ambiental.

A identificação dos espaços sócio-ocupacionais por campos de atuação seguiu a tipificação organizacional das políticas públicas. Pode-se inferir que, a o Serviço Social historicamente tem-se alinhado a segmentos da sociedade civil para reivindicar políticas sociais de interesse da população.

Para exemplificar essa afirmação, recorre-se como exemplo o campo de intervenção profissional, da saúde, por se destacar majoritariamente como campo de trabalho dos profissionais de Serviço Social. Trata-se de uma área conquistada na base da aliança e da luta alinhada à Reforma Sanitária, na defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais, (CFESS, 2010:17).

QUADRO II – Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE por Campo de Atuação

Nº	CAMPO DE ATUAÇÃO	TOTAL
01	Saúde	39
02	Assistência Social	18
03	Empresa	12
04	Educação	10
05	Sociojurídico	04
06	Socioambiental	04
07	Previdência	02
08	Habitação	02
09	Cultura	01
TOTAL		92

Pesquisa de campo (2013)

A prestação de serviços por intermédio da política de saúde tem, em seu marco legal, a base de uma ação hierarquizada em grau diferenciado e redes de atendimento às demandas de saúde da população que se materializam no espaço do tempo cotidiano, onde os profissionais de Serviço Social se deparam cotidianamente, desvelando as expressões da questão social.

No campo da saúde, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, os profissionais atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos

usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria; qualificação e formação profissional.

Observa-se que esta ramificação da atuação profissional vai ao encontro de um perfil profissional que desenvolve suas ações no âmbito da totalidade das demandas sociais. Essa caracterização do campo da saúde tem rebatimentos com maior ou menor intensidade nos demais campos de identificados na área de abrangência da BH/IE.

Um aspecto que contribui para que o campo da saúde seja proporcionalmente quase 50% majoritário em relação à assistência social, decorre de que os hospitais de referência de alta complexidade, seja estadual ou federal, encontram-se inseridos na área da pesquisa.

Com relação às empresas, é um espaço sócio – ocupacional de referência conquistado com a implantação da ZFM, atualmente denominado de PIM, tem sofrido as refrações inerentes da reestruturação produtiva em decorrência do avanço do neoliberalismo.

Merece menção, a questão do campo da educação, que a partir dos anos noventa, quando o setor privado adentrou com a aquiescência do Estado brasileiro, na área da educação superior e fomentou o exercício da docência entre os assistentes sociais, este é um campo fértil de estudo, pois sua permanência e/ou expansão está comprometida com o avanço da modalidade de Educação a Distância – EaD nos cursos de Serviço Social.

Propõe-se, para a reflexão, que a compreensão da questão ambiental no cotidiano do espaço sócio-ocupacional, no campo da saúde, ou em outro campo de intervenção, possa superar o reducionismo da forma binária de encarar a realidade social, abrindo possibilidade no espaço cotidiano de vida que anima para a prática profissional que encara a realidade social no contexto da totalidade histórica construída e reconstruída no âmbito das relações sociais.

A contribuição de Cardoso (2007), com relação a tempo e espaço, a partir da obra de Milton Santos, aborda o prisma que se pretende empreender em relação ao espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, considerando os termos dialéticos da relação indissociável entre forma–conteúdo, compreendendo, deste modo, “o

espaço não é apenas paisagem, mas também a vida que anima” como esclarece a autora.

Os objetos materiais que formam a paisagem não possuem vida própria. O espaço é esse acúmulo histórico de paisagens e também os conteúdos sociais atribuídos, recriados, destruídos, subordinados pela sociedade ao longo do tempo sobre estas mesmas paisagens. Logo no espaço, o que há são forma e conteúdo. (CARDOSO, 2007:36)

Retoma-se que a compreensão de território, transcende para além de sua delimitação geográfica territorial, mas, a partir de uma compreensão relacional e processual do território, considerando-o como enraizamento, ligação social do homem com a natureza terrestre e como produto de contradições das relações sociais (SAQUET, 2010:58).

Outro elemento da qual a análise do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social não pode deixar de prescindir trata-se do cotidiano, pois, no contexto das determinações fundamentais da cotidianidade, no caso a (i) heterogeneidade; (ii) a imediatividade e a (iii) superficialidade extensiva, constituintes como espaço (forma e conteúdo) de produção e reprodução social (NETTO, 2010:67).

Na contribuição de Santos (1997:21), o cotidiano é a 5ª dimensão do espaço:

O tempo do cotidiano compartilhado é um plural, o tempo dentro do tempo. Hoje isso não apenas o fato da cidade, mas também do campo. Em termos analíticos, a espacialização chama-se temporalização prática, que não exclui nenhum dos atores, para poder considerar o espaço que conta, isto é o espaço banal, considerando todas as condições do acontecer. Ora o acontecer é banalizado pelo lugar, e nesse sentido se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço.

É, neste espaço, o do cotidiano, que se manifestam as expressões da questão social onde o profissional de Serviço Social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade do capital, responde a um conjunto de necessidades desta sociedade, que lhe é colocado através de demandas postas à profissão (GUERRA, 2007).

Demandas estas, postas no bojo do território, que tomam forma e corpo nos espaços sócio-ocupacionais, quando o profissional de Serviço Social se depara com as condições de vida precarizada da população em decorrência das desigualdades sociais produzidas entre a produção coletiva da riqueza e sua apropriação privada lamamoto (2007:27) que dão concretude, entre outras, à questão ambiental enquanto uma expressão da questão social.

Na pesquisa de campo os profissionais de Serviço Social, foram indagados de como a questão ambiental se expressa no cotidiano profissional: 68% responderam que se trata de uma condição sócio-histórica no contexto da produção e reprodução das relações sociais que lhe deram origem; 12%, que se trata de uma demanda institucional vinculada a um programa de metas; 8% optaram que é consequência natural da pobreza gerada pela desigualdade social; diferentemente, na mesma proporção de 8% associaram a outros e 4% assinalaram como demanda de ações da defesa civil.

Quando indagados acerca da concepção da questão ambiental, 36% alinharam que se trata de uma contradição típica do modelo de produção deletério da ordem do capital; 24% concordam que é uma externalidade causada no meio físico pela ação humana; 20% alinham-se que é um alerta da ecologia acerca das necessidades das gerações futuras; 16% apontam que é uma condição natural do desenvolvimento do processo civilizatório e 4% não optaram por nenhuma das alternativas apresentadas.

Nestas questões, consolida-se a tendência apresentada nas questões de instrumentalidade e sustentabilidade. Mesmo definindo-se majoritariamente pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, os profissionais, contraditoriamente, sustentam conceitos e percepções carregadas da racionalidade formal abstrata.

Ao responderem qual o tema mais relevante que aproxima a dimensão ambiental à prática profissional no Serviço Social, 31% dos entrevistados afirmaram que são as desigualdades sociais; 25%, que é a ocupação desordenada do espaço territorial; 19% que é a questão ambiental, 16% que é a visão de mundo e de homem do profissional de Serviço Social; 3% dividiram-se equitativamente entre as transformações societárias; a fragmentação das políticas sociais e outros.

Encontra-se uma elucidativa explicação acerca da forma e conteúdo de como na atualidade se produzem as desigualdades sociais, na obra de Salama (2011), ele argumenta que a crise atual, com efeito de contágio poderoso é a mais profunda desde os anos trinta, sua hipótese é que o aprofundamento das desigualdades sociais em decorrência da crise não está enraizado na “globalização em si”, mas, sim, nos regimes de crescimento das economias, portanto a saída da crise exige a capacidade de se estabelecerem novos regimes de crescimento e indica que

paralisar a desregulamentação financeira é a única possibilidade de ultrapassar de forma estável essa crise.

Este mesmo autor (2011:176) afirma que a solução não pode ser técnica e, sim, política. Essa crise nos regimes de crescimento na atualidade é que dá forma e conteúdo às expressões da questão social posta no espaço sócio-ocupacional cotidiano do Serviço Social.

No tocante a qual tema é menos relevante para aproximar a dimensão ambiental à prática profissional no Serviço Social, 28% dos entrevistados afirmou que é a questão ambiental; 21% que são as desigualdades sociais; 14% que é a visão de mundo e de homem do profissional de Serviço Social e a ocupação desordenada do espaço territorial; 10% que são as transformações societárias; e a fragmentação das políticas sociais e 3% outros.

Em relação a qual tema é menos relevante merece destaque, a resposta de quem se trata da questão ambiental, com 28%, ou seja, a explicação de Netto acerca do cotidiano baseado na contribuição de Lukács é elucidativa para essa questão.

É, no espaço cotidiano, que o profissional de Serviço Social, ao se deparar com o falso dilema de que “a teoria na prática é outra”, pode reduzir ou reagir o potencial político de sua intervenção profissional, cedendo à lógica impressa pela racionalidade formal-abstrata da sociedade burguesa (GUERRA, 2007).

3.2. Caracterização da natureza do vínculo empregatício dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos

Ao examinar o resultado dos campos de atuação profissional na condição do vínculo da força de trabalho, pode-se inferir como verdadeira a assertiva de lamamoto (2007) ao afirmar que o Assistente Social não é um profissional liberal e sim um profissional assalariado.

QUADRO III – Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos por Natureza do Empregador

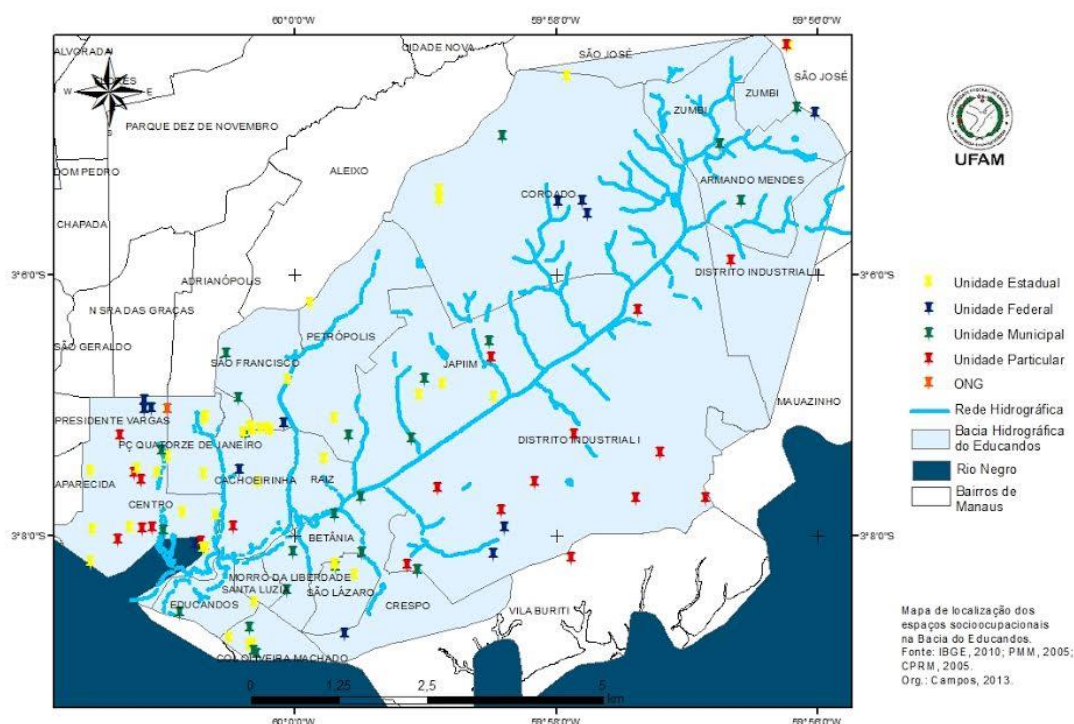
Nº	Natureza do empregador	TOTAL
01	Publico Estadual	34
02	Publico Municipal	23
03	Privado	20
04	Público Federal	11
05	Entidade Filantrópica	03
06	ONG	01
TOTAL		92

Pesquisa de campo (2013)

Na pesquisa de campo 62% declararam ter vínculo de trabalho com o setor público, 29% com o setor privado e 9% com entidades filantrópicas, ou seja, 100% dos sujeitos da pesquisa são assalariados, conforme é identificado no Quadro III acima. Entretanto, mesmo assalariado, conforme cita a mesma autora, é um profissional dotado de autonomia dada à dimensão política que a sua condição de bacharel carrega.

A seguir é apresentada na Figura IV a localização georeferenciada dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na BH/IE:

FIGURA IV – Mapa de Localização dos Espaços Sócio-Ocupacionais do Serviço Social por Natureza do Empregador



Pesquisa de campo (2013)

Em relação à dimensão territorial e social, Cardoso (2007:40) destaca que, no pensamento de Milton Santos, uma clara primazia da divisão do trabalho:

Milton Santos concebe o trabalho como uma das principais expressões da práxis humana e, neste sentido, um dos conteúdos essenciais a informar o espaço. Em suas palavras o “trabalho e a política” (2001) são os elementos da ação humana que conferem conteúdo à forma material do território, transformando-o em território utilizado.

A configuração sócio-histórica desvelada nesta dissertação acerca da constituição do território da BH/IE e sua vinculação com o Serviço Social é demonstrada no quadro IV, que especifica os campos de atuação profissional.

QUADRO IV – Espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos – BH/IE

CAMPO: ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	Local	Endereço
Público Estadual	Centro de Referência da Família - 31 De Março – SEAS	Rua: 21–Conjunto 31 de Março/Japiim (92) 3613-1931 / 3232-3108
	Centro de Referência da Família - André Araújo – SEAS	Rua: 5 s/n - Conjunto Costa e Silva - Raiz (92) 3663-5053 / 3663-1895
	Polo de Liberdade Assistida – Zona Sul – SEAS	R Desembargador Felismino Soares 155 - Colônia Oliveira Machado
	Pronto Atendimento ao Cidadão PAC Porto – SEAS	Rua Marquês de Santa Cruz, s/n, Armazém 10 do Porto de Manaus – Centro Telefone: (92) 3637-1098
	Projeto Procyon – Policia Militar do Amazonas - PMAM	Alameda Cosme Ferreira, atrás da feira do Coroado – Coroado
	Serviço de Assistência Social da Policia Militar do Amazonas - PMAM.	Rua A-4, nº 1.100, conjunto 31 de Março, Japiim 2, zona sul)
	Projeto AME A VIDA 1º Distrito Integrado de Polícia – 1º DIP	Rua Duque de Caxias, 1928 – Bairro: Praça 14 /3235-6513 - 3235-6622 - 2165-2165
	Projeto AME A VIDA 2º Distrito Integrado de Polícia – DIP	Av. Desembargador Felismino Soares, nº155 – Bairro: Colônia Oliveira Machado. 3629-1850 – 3629-1786 - 3624-1851
	Projeto AME A VIDA 3º Distrito Integrado de Polícia - DIP	Rua Coronel Ferreira Araújo, s/nº – Bairro: Petrópolis / 3611-5284 - 3611-1857 - 3611-8033-.
	Projeto AME A VIDA 7º Distrito Integrado de Polícia – DIP	Rua São Vicente, s/nº – Bairro: São Lázaro / 3629-3372 - 3629-2425 - 3642-4050
	Projeto AME A VIDA 11º Distrito Integrado de Polícia	Av. Beira Rio, s/nº – Bairro: Coroado II / 3639-2975
	Público Municipal	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - Cachoeirinha / SEMASDH
Centro de Referência de Assistência Social CRAS Betânia / SEMASDH		Rua São Lázaro nº. 26 – Betânia – telefone (92) 3237-7678/3215-9001
Centro de Referência de Assistência Social CRAS Crespo / SEMASDH		Rua Magalhães Barata Bc.Olaria s/nº Crespo – telefone (92)3214-3307
Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito MANAUSTRANS		Avenida Tefé, 850 – Japiim 69078-000

CAMPO: ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Entidade	Legião da Boa Vontade LBV	Av. Pres. Castelo Branco, 997 - Cachoeirinha, Manaus - AM, 69006-501 (92) 3215-7920
	Educandário Gustavo Capanema - EGC	Rua Felismino Soares, 215 – Colônia Oliveira Machado, 69070-620 Telefone: (92) 3629-212
Filantrópica	Instituto Filhas de Maria Auxiliadora - FMA	<i>Rua Duque de Caxias, 296 – Centro 69020-140</i>
CAMPO: CULTURA		
Público Estadual	Local	Endereço
	Liceu De Artes e Ofícios Claudio Santoro –LAOCS	Avenida Beira-rio / Igarapé da Cachoeirinha– Petrópolis
CAMPO: EDUCAÇÃO		
Público Federal	Local	Endereço
	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Av. Rodrigo Otavio, 3000 – Coroadó I (32) 3305-4242. Rua Afonso Pena, 1053, Centro. CEP: 69020-160 (92) 3305-4950
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.	Av. 7 de Setembro, 1975 - Centro, Manaus - AM, 69020-120 (92) 3621-6700 Avenida Governador Danilo de Matos Areosa - Distrito Industrial I Alameda Cosme Ferreira, 8045 - São José Operário.
Público Estadual	Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC	Rua Waldomiro Lustosa, 350 - Japiim II - CEP: 69076-830
Privado	Centro Universitário do Norte – UNINORTE /LAUREATE	Rua Igarapé de Manaus, 211, Centro 69020-250 / 3212-5047
	Centro Universitário Luterano de Manaus ULBRA	Av. Solimões 02, Conjunto Atilio Andreazza - Bairro Japiim II - CEP: 69.077-730
	Colégio Santa Dorotéia	Av. Joaquim Nabuco, 1097 - Centro , 69020-030, 92 3633-2824
	Centro Educacional Santa Teresinha	: Av. Sete de Setembro, 2107 - Centro, 69020-120 /92 2101-8901

CAMPO: EMPRESA		
	Local	Endereço
Privado	BRASJUTA DA AMAZÔNIA S/A FIAÇÃO, TECELAGEM E SACARIA. EMPRESA INDUSTRIAL DE JUTA S.A	Av. Guaruba, 200 – Distrito Industrial CEP: 69.075-080 (92) 3616-3616 e 3615-2825
	COMPAZ COMPONENTES DA AMAZÔNIA S.A	Rua Tambaqui, 180-A - Distrito Industrial - <i>Manaus</i> CEP: 69075-210
	DIGIBRAS INDÚSTRIA BRASIL LTDA	Rua Tambaqui, 180 – Distrito Industrial CEP: 69.075-210 (92) 2123-2093 e 2123-2052
	LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA - FILIAL	Av. Javari, s/n - Lote 2.45/1E - Distrito Industrial CEP: 69.075-110 (92) 2129-8714 e 2129-8860
	MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA - HONDA	Rua Juruá, 160 - Distrito Industrial CEP: 69.075-120 (92) 3616-5413, 3615-1314, 3615-1771 e 3615-2273
	SALCOMP INDUSTRIAL ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA	Av. dos Oitis, 4145 – Prédio 1 Parte B – Distrito Industrial CEP: 69.075-842 (92) 2127-2600 e 2127-2619
Privado	SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA	João Gonçalves de Souza, 788 - Distrito Industrial CEP: 69.075-830 (92) 4009-1013 e 4009-1148
	SIEMENS ELETROELETRÔNICA S.A – FILIAL – SIEMENS	Rua Abiurana, 1655 - Distrito Industrial CEP: 69.075-010 (92) 3616-9300 e 3616-9314
	SONY BRASIL LTDA – SONY	Rua Min. João Gonçalves de Souza, 1274 - Distrito Industrial CEP: 69.075-840 (92) 3182-4683 e 3182-4684
	YAMAHA MOTOR COMPS. DA AMAZÔNIA LTDA – YAMAHA	Rua Rio Jaguarão, 2452-A - Distrito Industrial CEP: 69.074-160 (92) 2126-1717 e 2126-1720 DDD/FAX: 55 (92) 3237-9401
	Serviço Social da Indústria – SESI	Av. Getúlio Vargas, 1116, Centro CEP: 69020-011
	Público Federal	Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

CAMPO: HABITAÇÃO		
	Local	Endereço
Público Estadual	Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB	Alameda Cosme Ferreira, 7600 - Coroado III, 69083-000 Telefone (92) 3248-8235
Organização Não Governamental – ONG	Amazônia Sempre Vivo	Av. Ministro Avenida Valdemar Pedrosa, entre major Gabriel e Emilio Moreira PRAÇA 14
CAMPO: PREVIDÊNCIA		
	Local	Endereço
Público Federal	Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	Avenida Codajás, s/nº – Cachoeirinha CEP 69065-130, Telefone - (92) 3611-2855
CAMPO: SAÚDE		
	Local	Endereço
Público Federal		Av. Rodrigo Otavio, 3000 – Coroado I (92) 3305-4242.
	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Avenida Apurinã, nº 4, Praça 14 de Janeiro CEP: 69020-170 - - Fone (92) 3305-4764 Rua Afonso Pena, 1053 CEP 69020-170 Praça 14 (92) 3305-4726
	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	Rua Teresina 476 - Adrianópolis, CEP 69.057-070 Tel: (92) 3621-2323
Público Estadual	SUSAM - Sede	Av. André Araújo, 701 - Aleixo CEP: 69067-375 (92) 3643-6300
	Instituto de Saúde da Criança do Amazonas – ICAM	Rua Codajás s/n - Cachoeirinha 3214-9090/9091(Fax)/9092/9093/9094
	Hospital Infantil Dr. Farjado	Av. Joaquim Nabuco, nº 1886 – Centro. (92) 3131-3600
	Serviço de Pronto Atendimento / SPA – Zona Sul	Rua Bento José Lima, 33 - Colônia Oliveira Machado / (92) 3623-4300

CAMPO: SAÚDE		
Público Estadual	Serviço de Pronto Atendimento / SPA - Coroado	Av. Beira Mar, 156 – Coroado / (92) 3647-2800
	Centro de Atenção Integral a Criança/CAIC Crisólita Torres	Rua Felismino Soares, 213 - Col. Oliveira Machado / (92) 3623-4100
	Centro de Atenção Integral ao Idoso /CAIMI Paulo Lima	Rua Felismino Soares, 115 - Col. Oliveira Machado / (92) 3623-2100
	Maternidade Balbina Mestrinho	Rua Duque de Caxias 1142 - Praça 14 – Centro / (92) 3182 4547
	Policlínica Codajás	Rua Codajás, s/º– Cachoeirinha (92) 69065-130/ 3612-4200
	Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ	Av. Carvalho Leal, 1778 – Cachoeirinha CEP 69065-001 / (92) 3612-2200
	Fundação Alfredo da Mata – FAM	Rua Codajás, 24 - Cachoeirinha, CEP 69065-130 / (92) 3632-5800
	Central de Medicamentos – CEMA	Rua Duque de Caxias, nº 1998 - Praça 14 (92) 3131-2800
Público Municipal	Distrito de Saúde Sul	Rua Nicolau da Silva, nº 54 – São Francisco / (92) 215-2913/3631-9679.
	Unidade Básica de Saúde UBS Almir Pedreira / SEMSA	Rua 09 de Maio, s/n Lagoa Verde / (92) 3237-6270
	Unidade Básica de Saúde UBS Bianca Aguiar de Carvalho / SEMSA	Rua G3, qd. 05 s/n Conjunto Nova República, Distrito (92) 3615-3600 (fax)/3215-5009
	Policlínica Dr. Antônio Reis / SEMSA	Rua São Luiz, s/n. São Lázaro (92) 3624-4133 / 3214-3604
	Policlínica Enfª Ivone Lima dos Santos / SEMSA	Rua 08, Laura Vicunã, Coroado III (92) 3644-5932 / 3644-5968
	Unidade Básica de Saúde UBS Lourenço Borghi / SEMSA	Rua 5 de setembro, s/nº - Japiinlândia Trav. S/6 ,s/n, Japiim (92) 3611-1978/3611-1927
	Unidade Básica de Saúde UBS Lúcio Flávio Vasconcelos Dias / SEMSA	Rua Comandante Ferraz, 15 Betânia 3215-9009/3237-6742
	Unidade Básica de Saúde UBS Megumo Kado/ SEMSA	Rua Inocência de Araújo, 51 Educandos (92) 3214-3309

CAMPO: SAÚDE		
Público Municipal	Unidade Básica de Saúde UBS Morro da Liberdade / SEMSA	Rua São Benedito, s/n Morro da Liberdade (92) 3214-3602
	Unidade Básica de Saúde UBS Petrópolis / SEMSA	Petrópolis Rua Delfim de Souza s/n Petrópolis (92) 3664-9078
	Unidade Básica de Saúde UBS Santa Luzia / SEMSA	Rua Leopoldo Neves s/n Santa Luzia (92) 3214-3600/3232-2674
	Unidade Básica de Saúde UBS São Francisco / SEMSA	Rua Rodolfo Valle, s/n São Francisco (92) 3611-4959/3611-3502
	Unidade Básica de Saúde UBS Theodomiro Garrido / SEMSA	Rua São José, s/n Colônia Oliveira Machado (92) 3624-1612
	Unidade Básica de Saúde UBS Vicente Pallotti / SEMSA	Av. Tarumã, nº1421 Praça 14 de Janeiro / (92) 3633-2833
	Unidade Básica de Saúde UBS João Nogueira da Mata / SEMSA	Rua Dr. Daniel, 77 – Zumbi
	Unidade Básica de Saúde UBS Geraldo Magela / SEMSA	Rua I, S/N, Armando Mendes (92) 3615-3806
	Unidade Básica de Saúde UBS Gilson Moreira	Rua Natal, S/N, Zumbi (92) 3248-1235
	Policlínica Dr. Antônio Reis / SEMSA	Rua São Luiz, s/n. São Lázaro (92) 3624-4133 / 3214-3604
	Policlínica Enfª Ivone Lima dos Santos / SEMSA	Rua 08, Laura Vicunã, Coroado III 3644-5932 / 3644-5968
Privado	Sociedade Portuguesa Beneficente Do Amazonas / SEMSA	Avenida Joaquim Nabuco, 1359 Centro.
	Hospital Adventista de Manaus / SEMSA	Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, 139, Distrito Industrial, 69030-050, Telefone (92) 2123-1313
	Serviço de Assistência Médico Hospitalar – SAMEL	Av. Joaquim Nabuco, 1755 Centro / Fone: (92) 2129-2200
	Clínica Renal de Manaus	Av. Pres. Castelo Branco, 1709 - Cachoeirinha, CEP 69065-011/Telefone: (92) 3611-3068

CAMPO: SOCIOAMBIENTAL		
	Local	Endereço
Público Estadual	Unidade de Gestão do Programa de Social e Ambiental dos Igarapés-UGPI	Av. Jonathas Pedrosa, s/nº. Centro Telefone: (092) 3878-7212/3878-7224
	Escritório de Gestão Local-ELO	Rua Tarumã, nº 1170 - Praça 14 de Janeiro - Próximo ao Banco Itaú - Telefone: (092) 3234-0302
	Escritório de Gestão Compartilhada e Sustentabilidade Socioambiental.	Rua Igarapé de Manaus, Quadra 3, Parque Residencial Manaus, com entrada pela Rua Ipixuna
	Escritório de Gestão Compartilhada e Sustentabilidade Socioambiental.	Bloco 22, Unidade 3, Parque Residencial Mestre Chico.
CAMPO: SOCIOJURÍDICO		
	Local	Endereço
Público Estadual	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM	Av. André Araújo, s/nº - Aleixo CEP: 69.060-000 / 92-2129-6666 / 6623 Av. Paraíba, s/n - São Francisco, CEP: 69079-265
	Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa – CPRVP/SEJUS	Av. Sete de Setembro nº 2130 – Centro CEP: 69005-141 /3215-2737 / 3215-2738
	Cadeia Pública Feminina - CPF	Av. Sete de Setembro nº 2130a – Centro CEP: 69005-141
	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTP	Av. Sete de Setembro nº 2130B – Centro CEP: 69005-141
	Casa do Albergado	Av Codajás, 400, Cachoeirinha, CEP 69065-130.
Privado	Núcleo de Práticas Jurídicas/ NPJ/UNINORTE/LAUREATE	Rua Major Gabriel, 768 - Centro.

Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

3.3. Campo de resiliência no Serviço Social: Sustentabilidade e Instrumentalidade

A atitude investigativa acerca da resiliência, no caso, da dinâmica do movimento entre sustentabilidade ambiental e a instrumentalidade profissional, procurou estabelecer uma conexão categorial que possa identificar que a “visão de

mundo/homem”, à qual o projeto societário e profissional o assistente social esta vinculado, como fundamental para determinar qual dimensão da racionalidade dá a sustentação no exercício profissional.

No campo de resiliência entre o projeto do tardo-capitalismo (projeto societário) e o Projeto Ético-Político do Serviço Social (projeto profissional hegemônico), a categoria sustentabilidade é abordada no contexto das macroanálises da dinâmica contraditória onde se engendra a prática social, enquanto que instrumentalidade refere-se às microssituações, ao modo como a profissão reage às contradições postas diante da prática profissional.

Portanto, a compreensão da crise sistêmica que envolve toda a estrutura da ordem do capital é estratégica, pois é, em função dessa crise, que ocorrem “alterações profundas, quer no plano econômico objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideosubjetivo do reconhecimento de pertença de classe”. (NETTO, 2012:426).

Essa totalidade é manifestada no nível do cotidiano dos Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais, em que sustentabilidade e a instrumentalidade no âmbito do Serviço Social se tornam resilientes.

E é, neste nível, que essa resiliência passa a ter visibilidade, quando o capital contraditoriamente, ao mesmo tempo em que assegura a contínua produção e reprodução da questão ambiental, se empenha em atenuar as manifestações da questão social. (SILVA, 2010).

Propõe-se um paralelo com os resultados do estudo de Begossil (2001), considerando a dimensão política do trabalho do profissional, habilita-o a se apropriar da categoria resiliência no Serviço Social.

Entre os caiçaras e caboclos, nos resultados aferidos por Begossi (2001), em três dos quatro indicadores pesquisados: (i) conhecimento local; (ii) agricultura, animais e plantas; (iii) tecnologia, há vários aspectos interessantes em comum.

O mesmo resultado não pode ser reproduzido com a mesma intensidade em relação ao quarto indicador da pesquisa, afirma a autora ao se referir ao direito de propriedade e instituições. Em relação a esse indicador Begossi (2001:227;) explica: “A habilidade dos caboclos em lidar com diferentes grupos da sociedade, como políticos, cientistas e agentes governamentais permite que eles “inovem” (...)”.

Esta habilidade inovadora identificada por Begossi (2001:230) encontra-se na dimensão política da organização social dos caboclos (seringueiros), e é identificada materialmente como:

As reservas extrativistas constituem uma inovação e um mecanismo para o manejo local de recursos, e seu conceito inclui preocupações com as diversidades biológica e cultural, assim como o acesso e a equidade no uso de recursos pelos comunitários.

Ao abordar os projetos coletivos, Netto (2006:5) ressalta que, assim como os projetos societários, os projetos profissionais têm dimensões políticas não elimináveis, ou seja, há um imbricamento em sentido amplo e restrito entre eles, o que contribui para um campo de tensão e de luta, ou seja, um campo de resiliência.

Nesse campo de resiliência, apropria-se da contribuição de lamamoto (2008:122) que indica que “a prática profissional tem um caráter essencialmente político”. O Serviço Social se institucionaliza como profissão, marcado pela contradição fundamental do modo de produção capitalista: a luta de classe, por isso é uma demanda do capital, mas rompe hegemonicamente em decorrência de um embate político, onde a flexibilidade e a inércia cultural foram essenciais para que o antológico Congresso da Virada em 1979 se tornasse o marco precursor do tripé que sustenta o Projeto Ético-Político do Serviço Social: a Lei de Regulamentação da profissão e o Código de Ética em 1993 e as Diretrizes para os cursos de Serviço Social, em 1996.

Por isso, infere-se que o Projeto Ético-Político do Serviço Social é uma expressão de resiliência para romper com o conservadorismo profissional. Afinal, esse campo de resiliência, é caminho de superação do presente, como afirma lamamoto (2008:98) e fonte alimentadora da construção do futuro, em uma sociedade onde indivíduos sociais possam ser livres, autônomos e emancipados do jugo do tardo-capitalismo.

Encontra-se, também, em lamamoto (2008), que o Serviço Social avança em sua trajetória sócio-histórica, quando ousa romper a sua vinculação com o conservadorismo e os muros do estritamente profissional para se lançar, entre outros desafios, na investigação das bases operativas que dão sustentação a profissão.

Considerando que a questão ambiental encontra-se inscrita no interior das contradições capitalistas, a categoria da sustentabilidade foi abordada no contexto macroscópico da dinâmica contraditória onde se engendra a prática social, enquanto que instrumentalidade refere-se às microssituações, ao modo como a profissão reage às contradições postas diante da prática profissional. (IAMAMOTO, 2008)

Para o exercício da sustentabilidade e o enfrentamento da questão social, faz-se necessário ultrapassar a dicotomia instaurada, entre natureza e sociedade como meio de conciliar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social.

Sustentabilidade e instrumentalidade, na perspectiva do Serviço Social, possuem identidades distintas, porém, não excludentes, sendo, portanto, constituídas de resiliência e contribuem para romper e superar com a dicotomia teoria – prática recorrente no cotidiano, bem como desvelar e enfrentar as demandas sociais, profissionais e institucionais postas à profissão, municiando os profissionais de Serviço Social com qualificação intelectual para interpretar a realidade social dos espaços sócio-ocupacionais, tendo, como um dos elementos de análise, a questão ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que os objetivos propostos foram alcançados, pois foi possível identificar elementos que sustentam a resiliência entre a sustentabilidade e a instrumentalidade profissional, questionando-se os paradigmas, pois, assim como o meio físico é à base de sustentação da vida humana (condições objetivas), a instrumentalidade, enquanto mediação é portadora de propriedades com capacidade para intervir nos processos sociais que desumanizam o homem.

A elaboração do mapa georeferenciado identificando a presença dos espaços sócio-ocupacionais na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos como espaço de trabalho e sociabilidade dos profissionais de Serviço Social, consolida a importância da função social da profissão no enfrentamento/controlar das expressões da questão social.

Ao investigar qual a racionalidade que norteia a ação do profissional do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais na Bacia Hidrográfica do Igarapé de Educandos, constatou-se a contradição como uma característica inerente à reprodução do sistema capitalista.

É, nessa contradição, estruturada na polaridade entre projetos societários, que o Projeto Ético-Político do Serviço Social se torna resiliente e enfrenta o conservadorismo na profissão.

Em relação ao conservadorismo profissional, existe a necessidade de aprofundar conceitualmente e empiricamente o conhecimento acerca do mesmo, no âmbito da categoria profissional, como uma estratégia, para evitar que ele faça o caminho inverso e se torne resiliente ao Projeto Ético-Político.

Esta ação exige um tratamento heurístico específico, em face de sua variabilidade e diversidade, principalmente porque a preocupação apresentada por Lamamoto e Escorsim Netto, na revisão bibliográfica do ainda pré-projeto de pesquisa, de “se estar forjando uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita” entre os profissionais de Serviço Social, materializou-se no resultado da pesquisa.

Considera-se que foi possível identificar alguns elementos que sustentam o campo de resiliência entre a sustentabilidade ambiental e a instrumentalidade profissional, sendo que a sustentabilidade está vinculada ao projeto societário hegemônico do tardo-capitalismo, e a instrumentalidade é uma estratégia da vertente teórico-profissional do projeto ético-político, na luta contra o conservadorismo no Serviço Social, com potencial de resistência ao desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Alba dos Prazeres. Reflexão em torno do desenvolvimento e sustentabilidade. Manaus. 2010.
- ANTUNES, Celso. Resiliência a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Fascículo 13. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BENAYON, Noval: A Subordinação Reiterada: imperialismo e Subdesenvolvimento no Brasil – Manaus: EDUA, 2006.
- BRITO, Rosa Mendonça de. 100 ANOS UFAM. Manaus; Edua, 2011.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4). 2008.
- BEGOSSI, Albina. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (mata atlântica) e os caboclos (Amazônia Brasil), in: Diegues, A.C., Moreira, A.C.C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo, NUPALB, USP. 2001.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. “Cartografias de um debate teórico: o “espaço” e o “tempo” na dinâmica urbana do trabalho e da cidade”. In: Trabalho, Território, Cultura – novos prismas para o debate das políticas públicas / Elaine M.V. Francisco e Carla Cristina L. ALMEIDA, (orgs.). – São Paulo: Cortez. 2007.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010.
- CORRÊA DA SILVA, Heloisa Helena. Resenha do Livro: A Expressão Amazonense: Do Colonialismo ao Neocolonialismo-Autor: Márcio Souza. Revista da Associação de Pós Graduando da PUC-SP, São Paulo - São Paulo, p. 127 - 136, 30 ago. 1999.
- DAHMER PEREIRA, Tania. Quando o camburão chega antes do SAMU: Nota Sobre os Procedimentos Técnico-Operativos do Serviço Social. In: Valéria Forti, Yolanda Guerra. (Org.). Serviço Social: Temas, Textos e Contextos - Coletânea Nova de Serviço Social. 3ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, v. 1, p.163-182.
- FERREIRA, Leila Costa. A questão ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FERNANDES, Marcionília. Desenvolvimento Sustentavel: Antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marcionília; GUERRA, Lemuel (Orgs.). Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2003, p. 130-169.
- FONSECA, Ozorio. Pensando a Amazônia. Valer, Manaus: 2011.
- FREIRE, M. B. Lucia. O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. 2.ed. – Ed. Valer: Manaus: 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Bases de informações por setor censitário: censo demográfico 2000 – Amazonas/Manaus. Manaus, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Bases de informações por setor censitário: censo demográfico 2010 – Amazonas/Manaus. Manaus, 2012.

IAMAMOTO, Marilda. O debate contemporâneo do serviço social e ética profissional. In: Bonetti (org. et. al.) Serviço social e ética: convite a uma nova práxis – 9 ed. São Paulo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional – 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marida Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 6. ed. – São Paulo, Cortez [Lima, Peru]: CELATS,1988.

LESSA, Sergio. “O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade”. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999.

MAGGERS, Betty J. Amazônia: A ilusão de um Paraíso. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1997.

MINAYO, M. Cecilia de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 2 ed. Petrópolis: editora vozes,1994.

MORAN, Emilio. Adaptabilidade Humana: uma introdução à antropologia ecológica. Tradução de Carlos E. A. Coimbra Jr. e Marcelo Soares Brandão. – São Paulo: EDUSP, 1994.

NETTO, Jose Paulo. A construção do projeto Ético-Político profissional. In: Mota, Ana Elizabete. (Org.). Serviço social e saúde – Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde. 2006.

NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. 8 ed. – São Paulo: Cortez. 2010.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2012, n.111.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

NAKASATO, Nobuo. (Coordenador). Relatório de Impacto Ambiental do PROSAMIM. Manaus: 2004.

PONTES, Reinaldo. Mediação: Categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo IV. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 2000, P. 36-50.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da Pesquisa Social. In: Revista Temporalis Revista nº 07. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS Temporalis, Porto Alegre, n.7, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Informática - IMPLAN. Legislação Urbanística – atualização da Lei n. 1214/75 – Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI. Manaus, 1996.

REDCLIFT, Michael R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionilia; GUERRA, Lemuel (Orgs.). Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2003, p. 47-74.

ROMEIRO, Ademir Ribeiro. Economia ou Economia política da sustentabilidade? – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2001.

SALAMA, Pierre. O desafio das desigualdades América Latina /Ásia: uma comparação econômica: tradução Wilson F. Menezes – São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: O novo mapa do mundo fim de século e globalização. São Paulo. – 3 ed. – São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1997.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. – 5. Ed. – São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SAQUET, Marco Aurélio. Abordagens e concepções de território. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular. 2010.

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio Ético-Político ao serviço social. - São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, Paul. Desafios com que se defrontam as grandes cidades brasileiras. In: Os desafios da gestão municipal democrática / José Arlindo Soares, Silvio Caccia Bava – organizadores. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

SORIA, Heliana Baia Evelin. Resiliência: A capacidade de adaptação e/ou transformação nas desigualdades sociais. Jornada Internacional de Políticas Públicas: São Luís - MA 2007.

SUESS, Jorge Gasché; MENDOZA, Napoleón Vela. Sociedad Bosquesina. Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo.

VEIGA, José Eli da. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2010.

FONTES DIGITAIS:

GASCHÉ, Jorge. Agricultura vs. Horticultura, Campesino Vs. Bosquesino Y La Comprensión De La Realidad Socio-Cultural De Las Comunidades Bosquesinas Amazónicas.

GASCHÉ SUESS. Jorge; Vela Mendoza. Napoleón. SOCIEDAD BOSQUESINA Tomo I – *Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo*. Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP), Iquitos; Consorcio de Investigaciones Económicas y Sociales (CIES), Lima; Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS), Japón.2011.

GASCHÉ SUESS. Jorge; Vela Mendoza. Napoleón. SOCIEDAD BOSQUESINA Tomo II – *¿Qué significa para los bosquesinos “autonomía”, “libertad”, “autoridad” y “democracia”?* Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP), Iquitos; Consorcio de Investigaciones Económicas y Sociales (CIES), Lima; Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS), Japón.2011.

FONTES ELETRÔNICAS

ABREO, Ana Caroline Santini de; RESENDE, Luci Mara. Reestruturação Produtiva: Algumas reflexões sobre seus rebatimentos no Serviço Social. Serviço Social em Revista / publicação do Departamento de Serviço Social, Vol. 4 n. 1 (Jul/Dez. 2001). – Londrina: Ed. UEL, 2003 . Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n1_reestrut.htm Acesso em 26 JAN 2013.

COSTA JUNIOR E NOGUEIRA, Waldemir Rodrigues; Amélia Regina Batista. DE EDUARDO A EDUARDO: A CIDADE SOBRE OS IGARAPÉS. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05 Dez/2010. Disponível em http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_5/190.pdf acesso em 18 de Ago de 2013.

CORREA DA SILVA, Heloisa Helena. Alterações no Trabalho do Profissional de Serviço Social no Espaço Urbano Industrial Manaus Revista de Políticas Públicas. São Luís – MA- Número Especial- paginas 147-152. Out, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1214/1091> Acesso em: 13 Jul 2013.

CORREA DA SILVA, Heloisa Helena. Incidências o Neoliberalismo no Trabalho dos Assistentes Sociais do Parque Industrial da Zona Franca de Manaus Revista de Políticas Públicas. São Luís – MA- Número Especial- paginas 119-129. Agos, 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/391/799> Acesso em: 13 Jul 2013.

GUERRA, Yolanda D. “A instrumentalidade profissional do assistente social”. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000, foi revisado e atualizado em 2007. Disponível em www.cress-mg.org.br/.../2007.05.19_plenaria5_yolandaquerra.doc – Similares. Acesso em 19 Ago.2012.

MACENA, Lila Sígrid Souza de; COSTA Reinaldo Corrêa. A cidade como espaço do risco: estudo em bacias hidrográficas de Manaus, Amazonas – BR. REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.1, N.4, p.318 – 330. 2012. Disponível em: http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_A%20CIDADE%20ESPA%C3%87O%20DO%20RISCO%20ESTUDO%20EM%20BACIAS%20HIDROGR%C3%81FICAS%20DE%20MANAUS,%20AMAZONAS%20%E2%80%93%20BR..pdf Acesso em:14 Jul 2013.

LESSA, Sergio. A ontologia de Luckás: uma introdução. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/53761081/A-Ontologia-de-Lukacs-uma-introducao-Sergio-Lessa>

SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA. Informações da rede de assistência social. Disponível em: <http://www.seas.am.gov.br>. Acesso em 02 jun 2013.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAZONAS. Informações da rede assistencial de saúde. Disponível em: <http://www.saude.am.gov.br/> Acesso em 03 jun 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MANAUS. Informações da rede assistencial de saúde. Disponível em: <http://semsa.manaus.am.gov.br/> . Acesso em 03 jun 2013.

SERÁFICO, José, SERÁFICO Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil. In: Estudos Avançados. v. 19, n. 54, pp 99 – 113, maio-agosto 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/05.pdf>. Acesso em 18 Out. 2012.

LESSA, Sergio. “O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade”. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999. <http://www.geologo.com.br/encontreiVERBETE.asp>. Acesso em 18 out 2013.

APÊNDICE I
QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO



**O ambiente como expressão da questão social e campo
interventivo do Serviço Social: Sustentabilidade, Resiliência e
Instrumentalidade na cidade de Manaus - Amazonas**

Pesquisadora: Ana Beatriz de Souza Cyrino

QUESTIONÁRIO

1. Em que ano o Senhor (a) nasceu? _____
2. Em que ano o Senhor (a) se formou como Bacharel em Serviço Social? _____
3. Em qual Instituição de Ensino Superior?
_____ Estado: _____
4. O Senhor (a) tem titulação de pós-graduação? Sim (___) Não (___)
5. Em caso afirmativo assinale a mais recente?
Especialização (___) Mestrado (___) Doutorado (___)
Em curso (___) Ano de conclusão: _____
6. Qual o seu campo de atuação profissional?
Saúde (___) Assistência (___) Educação (___) Habitação (___)
Sócio Jurídico (___) Segurança Pública (___) Empresa (___) Outro (___)
Qual? _____ Função: _____
7. O Senhor (a) atua profissionalmente em equipe interdisciplinar?
(___) Sim (___) Não
8. Qual o seu vínculo/segmento e regime de trabalho?

VINCULO	SEGMENTO
PÚBLICO	Federal (___) Estadual (___) Municipal (___) Empresa de economia mista (___)
	REGIME DE TRABALHO
	Estável (___) Regime Temporário (___) CLT (___) Prestador de Serviços (___) Voluntário (___) Outro (___)
VINCULO	SEGMENTO
	Empresa do Pólo Industrial de Manaus (___) Outro (___) Qual? _____

	REGIME DE TRABALHO
PRIVADO	CLT (___) Regime Temporário (___)
	Prestador de Serviços (___) Voluntário (___) Outro (___)

VINCULO	SEGMENTO
TERCEIRO SETOR	Organização Não Governamental (___)
	Entidade filantrópica (___)
	Movimento Social (___) Outro _____
	REGIME DE TRABALHO
	CLT (___) Regime Temporário (___)
	Prestador de Serviços (___) Voluntário (___) Outro (___)

9. A questão ambiental é:

- Uma externalidade causada no meio físico pela ação humana.
- Uma consequência natural do desenvolvimento do processo civilizatório.
- Uma contradição típica do modelo de produção deletério da ordem do capital.
- Um alerta da ecologia acerca das necessidades das gerações futuras.
- Outro: _____
- _____
- _____
- _____

10. A questão ambiental se expressa no cotidiano profissional do Serviço Social como:

- Consequência natural da pobreza gerada pela desigualdade social.

- Demanda de ações da defesa civil.
- Demanda institucional vinculada a um programa de metas.
- Uma condição sócio-histórica no contexto da produção e reprodução social das relações sociais que lhe deram origem.
- Outro: _____

11. Sustentabilidade ambiental é?

- Buscar maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos dos atos de consumo, de forma a contribuir para a formação de um mundo melhor.
- Um processo de mudança onde à exploração de recursos, a orientação de investimentos, as alterações institucionais, os rumos do desenvolvimento econômico, social e político, se interagem, tendo em vista as necessidades das gerações atuais e futuras.
- A esperança de que a humanidade deixe de abreviar o prazo de sua inevitável extinção se souber cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende.
- Um mecanismo do sistema capitalista para conduzir e legitimar as políticas ambientais globais em consonância com seu ritmo e sua lógica.
- Outro: _____

12. Instrumentalidade no âmbito do Serviço Social é?

- O conjunto de técnicas e instrumentos necessários ao agir profissional.
- O conjunto de respostas profissionais a objetivar sua intencionalidade o que possibilita aos profissionais de Serviço Social modificar, transformar, alterar as condições objetivas e subjetivas, bem como as relações interpessoais e sociais existentes na realidade social no nível do cotidiano.
- O modo de exercer a autonomia no cotidiano profissional.
- A capacidade que o profissional de Serviço Social desenvolve para articular intra e inter-institucionalmente potencialidades para melhor atender aos usuários.
- Outro: _____

13. Assinale em ordem de relevância (onde 1 é o mais relevante e 7 o menos relevante), o que **APROXIMA** a dimensão ambiental no campo de atuação profissional do Serviço Social.

- A fragmentação das políticas sociais.
- As transformações societárias.
- As desigualdades sociais.
- A questão ambiental
- A visão de mundo e de homem do profissional

Ocupação desordenada do espaço territorial

Outro: _____

14. Assinale em ordem de relevância (onde 1 é o mais relevante e 7 o menos relevante), o que **AFASTA** a dimensão ambiental no campo de atuação profissional do Serviço Social.

A fragmentação das políticas sociais.

As transformações societárias.

As desigualdades sociais.

A questão ambiental

A visão de mundo e de homem do profissional

Ocupação desordenada do espaço territorial

Outro: _____

15. Desde quando você atua profissionalmente num espaço sócio ocupacional do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Educandos?

_____ (Mês) _____ (Ano)

16. O Senhor (a) sabe que desenvolve sua atividade profissional do Serviço Social na Bacia Hidrográfica do Educandos?

Sim e reconheço nas demandas sociais postas direta ou indiretamente pelos usuários, que a dimensão ambiental do cotidiano da população repercute nas demandas profissionais do Serviço Social, com uma das manifestações da questão social.

Não e não vejo como isto como um fator importante no exercício profissional do Serviço Social.

Sim, entretanto, mesmo sendo sabedor (a) dos problemas ambientais, considero que seja um aspecto secundário em relação às demandas postas pelos usuários.

Não, mas é uma informação que vou tratar de aprofundar em conteúdo e forma, pois irá qualificar a minha atuação profissional e contribuirá para uma maior interação com os usuários na luta por direitos sociais.

Não, pois os usuários do Serviço Social em sua maioria são moradores de outras áreas da cidade.

Outro: _____

17. O Senhor (a) conduz a direção política de sua prática profissional em conformidade com a vertente teórico-metodológica de rompimento com o conservadorismo profissional denominada projeto ético-político do Serviço Social?

Sim. Pois, trata-se de uma vertente teórico-profissional de influência marxista e direção social estratégica com qualificação operativa, para intervir sobre as demandas a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando o significado, os limites e as alternativas da ação profissional cotidiana.

Não. Por que na prática a teoria é outra. O profissional de Serviço Social deve ser um técnico bem preparado para trabalhar com eficácia e eficiência sobre as demandas tal como elas se apresentam, senão, corre o risco de perder espaço no mercado de trabalho.

Outro:

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social: Sustentabilidade, Resiliência e Instrumentalidade na cidade de Manaus - Amazonas

Pesquisadora: Ana Beatriz de Souza Cyrino

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convido o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa **O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do Serviço Social: Sustentabilidade, Resiliência e Instrumentalidade na cidade de Manaus/AM**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Beatriz de Souza Cyrino, com a orientação da Professora Doutora Heloisa Helena Corrêa da Silva.

A pesquisa tem por objetivo desvelar a resiliência entre sustentabilidade e instrumentalidade, tendo como parâmetro analítico o ambiente como uma das expressões da questão social e campo interventivo do Serviço Social, enquanto uma demanda atual para o Serviço Social.

Trata-se de uma pesquisa que tem como eixo metodológico a perspectiva crítica-analítica do materialismo histórico dialético, para que objeto seja desvelado em sucessivas aproximações, da totalidade que se pretende alcançar, considerando a importância de que o presente seja fonte alimentadora na construção do futuro na trajetória do serviço social.

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, porque exerce atividade profissional na área delimitada para a pesquisa em campo, a bacia hidrográfica do igarapé do Educandos.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de resposta a um questionário, sem precisar se identificar. O questionário é composto por dezessete perguntas objetivas, com respostas fechadas,

caso nenhuma alternativa apresentada como resposta não atenda a sua percepção acerca de determinada pergunta, há a opção – outra – para que o senhor(a) possa se assim desejar, livremente se expressar. É importante que o senhor(a) responda a todas as perguntas.

De acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos.

Deste modo, infere-se que os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa referem-se a aspectos pertinentes à ética profissional, por tratar-se de uma pesquisa acerca de sua visão de mundo no exercício profissional. Neste caso a pesquisadora se compromete em minimizar atitudes e ações que possam causar constrangimento de qualquer natureza aos sujeitos da pesquisa.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá para o debate plural acerca da atuação profissional e qualificar o perfil da prática profissional de Serviço Social na cidade de Manaus.

Se depois de consentir em sua participação o Senhor (a) desistir de participar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O Senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o Senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no Campus Universitário, ICHL, Bloco Mário Ypiranga, na Avenida Rodrigo Otávio, 3.000 – Coroadó I, pelos telefones (92) (9128-9365), (92) (8214-3164), (92) (8401-6602 - vivo), (92) 8826-7772 ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, recebi informação sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão rubricadas e assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Manaus, ____/____/____

Assinatura do Participante

Ana Beatriz de Souza Cyrino
Pesquisadora Responsável